



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

4º TRIMESTRE



Tribunal de Contas dos Municípios
do Estado da Bahia



Autenticar documento em <https://albalegis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade>
com o identificador 350031003200360033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPOSIÇÃO

TRIBUNAL PLENO

Cons. FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETTO - Presidente
Cons. MÁRIO NEGROMONTE - Vice-Presidente
Cons. PLÍNIO CARNEIRO DA SILVA FILHO - Corregedor
Cons. RONALDO SANT'ANNA – Presidente da Segunda Câmara
Cons. PAULO FERNANDES RANGEL DE LIMA – Presidente da Primeira Câmara
Cons. NELSON PELLEGRINO - Diretor Geral da Escola de Contas
Cons. ALINE FERNANDA ALMEIDA PEIXOTO – Ouvidora

PRIMEIRA CÂMARA

Cons. PAULO FERNANDES RANGEL DE LIMA – Presidente
Cons. MÁRIO NEGROMONTE
Cons. NELSON PELLEGRINO
Cons. Subst. ALEX ALELUIA
Cons. Subst. JOSÉ CLAUDIO MASCARENHAS VENTIN

SEGUNDA CÂMARA

Cons. RONALDO SANT'ANNA – Presidente
Cons. PLÍNIO CARNEIRO DA SILVA FILHO
Cons. ALINE FERNANDA ALMEIDA PEIXOTO
Cons. Subst. ANTONIO CARLOS DA SILVA
Cons. Subst. ANTONIO EMANUEL DE SOUZA

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

ALEX CERQUEIRA DE ALELUIA
ANTONIO CARLOS DA SILVA
ANTONIO EMANUEL ANDRADE DE SOUZA
JOSÉ CLAUDIO MASCARENHAS VENTIN

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS (Procuradores)

ALINE PAIM MONTEIRO DO REGO RIO BRANCO – Procuradora Chefe
CAMILA VASQUEZ GOMES NEGROMONTE
DANILO DIAMANTINO GOMES DA SILVA
GUILHERME COSTA MACEDO



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Atividades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, referente ao 4º trimestre de 2025, é um dever que se cumpre com a cidadania, com a transparência e um estímulo ao controle social a que se submete esta Corte de Contas Municipais.

Como órgão de controle externo responsável pela fiscalização das contas públicas dos 417 municípios baianos, o TCM/BA tem o preceito de servir como referência de transparência, de correção e de eficiência administrativa aos seus jurisdicionados, no exercício de seu dever constitucional de cuidar das contas públicas municipais.

Este relatório, elaborado em atenção ao disposto no § 3º, do art. 91, da Constituição do Estado, e no art. 3º, da Lei Complementar nº 6/1991, apresenta de forma sucinta e objetiva os resultados e as informações mais relevantes sobre as atividades das instâncias superiores e deliberativas do TCM/BA - Pleno e Câmaras, assim como a instância executiva do próprio Tribunal, formada pela Presidência e as unidades técnicas de Controle Externo e as unidades de Planejamento e Gestão.

Salvador, 11 de maio de 2026

Cons. Francisco de Souza Andrade Netto
Presidente





Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. SOBRE O TCM/BA

- 1.1. Missão, Visão de Futuro e Valores
- 1.2. Competências e Jurisdição
- 1.3. Estrutura Organizacional

2. ATIVIDADES DAS INSTÂNCIAS SUPERIORES

- 2.1. Tribunal Pleno
- 2.2. Desempenho das Câmaras

3. A TIVIDADES DA PRESIDÊNCIA

- 3.1. Atividades de Assessoramento
 - 3.1.1. Assessoria Jurídica – AJU
 - 3.1.2. Assessoria de Controle Interno – ACI
- 3.2. Ouvidoria – OUV
- 3.3. Secretaria Geral – SGE
- 3.4. Corregedoria

4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

5. ATIVIDADES TÉCNICAS DE CONTROLE EXTERNO

- 5.1. Superintendência de Controle Externo – SCE
- 5.2. Diretorias de Controle Externo – DCE's
- 5.3. Diretoria de Controle de Atos de Pessoal – DAP
- 5.4. Diretoria de Assistência aos Municípios – DAM

6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- 6.1. Superintendência de Planejamento e Gestão – SPG
- 6.2. Diretoria de Planejamento e Gestão de Pessoas – DPP
- 6.3. Diretoria Administrativa e Financeira – DAF

7. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 7.1. Divisão de Desenvolvimento de Sistemas - DDES
- 7.2. Divisão de Banco de Dados - DBAD
- 7.3. Divisão de Infraestrutura Tecnológica – DINT



1. SOBRE O TCM/BA

1.1. Missão, Visão de Futuro e Valores:

A identidade organizacional, expressa pelos norteadores estratégicos, que tem o objetivo de definir uma direção para a instituição, é definida através da MISSÃO, VISÃO e VALORES do Tribunal, são elas:

Missão: constitui a descrição da razão da instituição, revelar sua função perene e seu papel na sociedade. A missão foi descrita com a seguinte expressão:

“Orientar e fiscalizar os jurisdicionados na gestão dos recursos públicos municipais, em benefício da sociedade.”

Visão de Futuro: representa a imagem projetada que a instituição deverá perseguir e alcançar em determinado tempo como resultado de sua missão e dos resultados alcançados. A proposta de Visão de Futuro do TCM/BA foi projetada para 2024 (horizonte de 05 anos) e foi descrita com a seguinte expressão:

“Ser reconhecido pela sociedade como instituição de controle externo essencial para aperfeiçoamento da administração pública municipal.”

Valores: efetividade, transparência, ética, inovação, comprometimento.

1.2. Competências e Jurisdição:

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos municipais, com sede na capital que presta auxílio ao Poder Legislativo Municipal, possui como competências prioritárias:

- ✓ Appreciar as contas das prefeituras e câmaras e julgar as de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista municipal;
- ✓ fiscalizar a aplicação de recursos recebidos por entidades civis de órgãos ou entidades municipais;
- ✓ decidir sobre denúncia quanto a atos e fatos de gestão de administradores públicos municipais;
- ✓ apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões no âmbito municipal;
- ✓ realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentária, operacional e patrimonial;



✓ o TCM/BA tem jurisdição própria e privativa em todo o território do Estado, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição do Estado da Bahia e da Lei Complementar nº06 de 06 de dezembro de 1991.

Nos termos do art. 5º, Capítulo II da LC nº06/1991, estão sujeitos à jurisdição do TCM/BA:

- ✓ Órgãos, entidades, unidades, serviços ou pessoas dos municípios do Estado da Bahia que, fora dos respectivos territórios municipais ou estadual, complementem o seu aparelho administrativo;
- ✓ qualquer pessoa física, órgão ou entidade, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o município responda ou que, em nome deste, assume obrigações de natureza pecuniária;
- ✓ aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte danos ao erário municipal;
- ✓ os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados ou transferidos pelos municípios mediante subvenção, convênio, acordo, ajuste ou outro qualquer instrumento;
- ✓ todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição da Lei;
- ✓ os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do art. 5º, inciso XLV, da Constituição da República Federativa do Brasil.



1.3. Estrutura Organizacional



Fonte: DPP

2. ATIVIDADES DAS INSTÂNCIAS SUPERIORES

Para a apreciação e o julgamento das matérias que lhe competem, o TCM/BA se divide em Tribunal Pleno e duas Câmaras.

2.1. Tribunal Pleno

Durante o quarto trimestre de 2025, as Sessões Plenárias permaneceram no turno da manhã, com início previsto para as 10 horas, realizadas no formato híbrido e com transmissão ao vivo pela página do Tribunal no Youtube. Vale ressaltar, que as sessões podem ser acompanhadas pelos envolvidos nos processos e pelo público em geral, de qualquer local, por meio eletrônico ou presencialmente, no Plenário do TCM/BA.

A abertura dos trabalhos do Plenário deu-se em 05.10.2025 e a última sessão ocorreu em 16.12.2025, totalizando 19 sessões plenárias ordinárias.

Neste período, foram sorteados 376 processos, distribuídos por natureza, conforme demonstrado na tabela abaixo.



Tabela 01
PROCESSOS SORTEADOS PARA JULGAMENTO PELO PLENÁRIO/ 4º TRIM 2025

NATUREZA	4º TRIMESTRE	
	SORTEADOS	APRECIADOS/ JULGADOS
Prestação de Contas de Prefeitura	10	100
Prestação de Contas de Câmara	2	128
Prestação de Contas de Descentralizada	4	63
Prestação de Contas de Entidade Civil	1	10
Relatório de Auditoria	6	52
Termo de Ocorrência	7	64
Denúncia	10	127
Medidas Cautelares	336	125
TOTAL	376	669

Fonte: SGE

Tabela 02
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS/JULGADOS PELO PLENÁRIO E CÂMARAS / 4º TRIM 2025

NATUREZA	4º TRIMESTRE	
	APRECIADOS/ JULGADOS	%
Prestação de Contas de Prefeitura	100	14%
Prestação de Contas de Câmara	128	18%
Prestação de Contas de Descentralizada	63	9%
Prestação de Contas de Entidade Civil	10	1%
Relatório de Auditoria / Repres. MPEC	52	7%
Termo de Ocorrência	64	9%
Denúncia	127	18%
Medidas Cautelares	125	18%
Pedido de Reconsideração/Revisão de Contas	12	2%
Pedido de Reconsideração/Revisão de Deliberação	21	3%
TOTAL	702	100%

Fonte: SGE

Observa-se que, no quarto trimestre de 2025, foram julgados 100 processos de Prestação de Contas de Prefeituras, que corresponde a aproximadamente 14% do total, 128 processos de Prestação de Contas de Câmaras com 18% do total, Denúncias com 127 e Medidas Cautelares com 128 processos que equivalem a aproximadamente 18% do total cada, sendo essas as maiores demandas do período.

Denúncias e Termos de Ocorrência

Neste trimestre, foram autuados processos referentes às Denúncias e aos Termos de Ocorrência, conforme tabela a seguir:



Tabela 03

DENÚNCIAS E TERMOS DE OCORRÊNCIA LAVRADOS E AUTUADOS/ 4º TRIM 2025

NATUREZA DO PROCESSO	3º TRIMESTRE	
	QUANT.	%
Denúncia	141	56%
Termo de Ocorrência	112	44%
TOTAL	249	100%

Fonte: SGE

Representações ao Ministério Público Estadual – MPE

Conforme evidencia a **Tabela 04**, no quarto trimestre de 2025, dos 533 processos julgados pelo Pleno, 7 foram representados ao MPE, conforme tabela abaixo:

Tabela 04

REPRESENTAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DETERMINADAS PELO PLENÁRIO POR NATUREZA DO PROCESSO DE ORIGEM E JULGAMENTOS/ 4º TRIM 2025

NATUREZA DO PROCESSO	JULGADOS		REPRESENTADOS	
	QUANT.	%	QUANT.	%
Prestação de Contas	936	51,9%	14	51,9%
Denúncia	407	22,6%	7	25,9%
Termo de Ocorrência	286	15,9%	1	3,7%
Relatório de Auditoria	174	9,7%	5	18,5%
TOTAL	533	100%	27	100%

Fonte: SGE

2.2. Desempenho das Câmaras

As Câmaras, constituídas por Membros e Auditores Substitutos de Conselheiros, analisam os instrumentos e objetos de processos referentes aos municípios que lhes são designados com fundamento na Resolução nº 1.374/18 do TCM/BA.

Para o biênio 2025 a 2027, a composição é a seguinte:

Primeira Câmara: Conselheiro Paulo Fernando Rangel de Lima (Presidente), Conselheiro Nelson Pellegrino, Conselheiro Substituto Antonio Carlos da Silva, Auditor Alex Cerqueira de Aleluia, Auditor José Cláudio Mascarenhas Ventin,

Segunda Câmara: Conselheiro Ronaldo Nascimento de Sant'anna (Presidente), Conselheiro Plínio Carneiro Filho, Conselheira Aline Fernanda Almeida Peixoto, Auditor Antonio Emanuel Andrade de Souza.

As **Primeira e Segunda Câmaras** realizaram seis sessões cada, no período de 01/10/2025 a 17/12/2025, com distribuição de processos feita através de sorteio eletrônico, entre os relatores, para



apreciação dos processos de numeração ímpar para a **Primeira Câmara** e numeração par para a **Segunda Câmara**.

A **Tabela 05** apresenta as atividades desenvolvidas pelas Câmaras no Quarto trimestre de 2025.

Tabela 05
ATIVIDADES REALIZADAS PELAS CÂMARAS – 4º TRIMESTRE/2025

NATUREZA DO PROCESSO	4º TRIM 2023	
	SORTEADOS	EXAMINADOS
PRIMEIRA CÂMARA		
Prestação de Contas de Câmara	0	60
Prestação de Contas de Descentralizada	0	35
Prestação de Contas de Entidade Civil	0	0
Relatório de Auditoria/Representação	0	13
Termo de Ocorrência	0	16
Denúncia	0	31
Aposentadoria	169	94
Pensão	9	1
Concurso Público	2	2
Consulta	0	0
Subtotal 1	180	252
SEGUNDA CÂMARA		
Prestação de Contas de Câmara	0	68
Prestação de Contas de Descentralizada	0	28
Prestação de Contas de Entidade Civil	0	0
Relatório de Auditoria/Representação	0	11
Termo de Ocorrência	0	4
Denúncia	0	22
Aposentadoria	6	102
Pensão	0	6
Concurso Público	0	11
Consulta	0	0
Subtotal 2	6	252
TOTAL	186	504

Fonte: SGE

Prestações de Contas Apreciadas e Julgadas no TCM/BA

Durante o quarto trimestre de 2025, o Pleno e as Câmaras analisaram e julgaram 227 prestações de contas sendo a maioria do exercício de 2024, porém com alguns processos residuais de 2023, conforme tabelas a seguir:



Tabela 06
PRESTAÇÕES DE CONTAS
APRECIADAS/ JULGADAS PELO PLENO E CÂMARAS - 4º TRIMESTRE/2025

PRESTAÇÃO DE CONTAS APRECIADAS/JULGADAS		
ENTIDADE	TIPO DE JULGAMENTO	4º Trimestre
PREFEITURA	Aprovação	3
	Aprovação com ressalvas	91
	Rejeição	6
	Outras decisões	0
Subtotal 1		100
CÂMARA	Aprovação	69
	Aprovação com ressalvas	57
	Rejeição	1
	Outras decisões	0
Subtotal 2		127
DESCENTRALIZADA	Aprovação	14
	Aprovação com ressalvas	48
	Rejeição	1
Subtotal 3		63
ENTIDADE CIVIL	Regular	0
	Regular com ressalvas	5
	Irregular	3
	Não-conhecimento / Arq.	2
Subtotal 4		10
TOTAL		300

Fonte: SGE

Tabela 07
PRESTAÇÕES DE CONTAS
AUTUADAS/ APRECIADAS/ JULGADAS PELO PLENO E CÂMARAS – 4º TRIMESTRE/2025

ORIGEM PROCESSOS		4º Trimestre	
ENTIDADE	NATUREZA	TOTAL	%
PREFEITURAS	Autuadas	0	0%
	Apreciadas	100	100%
Subtotal 1		100	100%
CÂMARAS	Autuadas	0	0%
	Apreciadas	128	100%
Subtotal 2		128	100%
DESCENTRALIZADAS	Autuadas	0	0%
	Julgadas	63	100%
Subtotal 3		63	100%
ENTIDADES CIVIL	Autuadas	1	9%
	Julgadas	10	91%
Subtotal 4		11	100%

Fonte: SGE



3. ATIVIDADES DA PRESIDÊNCIA

Na gestão administrativa do gabinete, contabiliza-se, no 4º trimestre de 2025, a publicação de 134 Atos expedidos pela Presidência, a emissão de 91 Ofícios e cinco Ordens de Serviço. Além desses, foram expedidos 1.617 ofícios pela Chefia de Gabinete, sendo 325 no contexto das Demandas Externas, dentre os quais, 175 endereçados ao Ministério Público do Estado, 16 ao Ministério Público Federal, 17 à Polícia Federal, 11 ao Tribunal de Justiça da Bahia e 105 de diversos outros Órgãos, para instrução de procedimentos investigatórios e ações processuais, conforme tabela a seguir:

Tabela 08
ATIVIDADES DA PRESIDÊNCIA
RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES EXTERNAS

ORIGEM	4º TRIM 2025	
	QUANT.	%
Ministério Público Estadual	175	53,8%
Ministério Público Federal	16	4,9%
Tribunal de Justiça da Bahia	11	3,5%
Tribunal Regional Eleitoral	1	0,3%
Polícia Federal	17	5,2%
Outros órgãos	105	32,3%
TOTAL	325	100%

Fonte: Demanda Externa

3.1. ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO

3.1.1. Assessoria Jurídica– AJU

Durante o 4º trimestre de 2025, foram recebidos para manifestação da Assessoria Jurídica, 850 processos de diversas naturezas, com destaque para 300 Atos de Pessoal – Aposentadoria, 148 Denúncias, 108 Representações e 61 consultas. Observa-se que, a produtividade do período atingiu um total de 873, processos analisados e encaminhados, sendo 870 digitais e três físicos, montante superior em relação aos processos que ingressaram na AJU, fato justificado pelo estoque residual de processos da unidade dos trimestres anteriores, conforme tabela a seguir:



Tabela 09
CONSULTAS RECEBIDAS x ENCAMINHADAS POR ASSUNTO – e-TCM/ 4º TRIMESTRE/2025

NATUREZA PROCESSO	Recebidos	Encaminhados	% de Recebidos/ Encaminhados
Atos de Pessoal (Servidor Municipal) - Aposentadoria	300	312	104%
Atos de Pessoal (Servidor Municipal) - Pensão	15	15	100%
Ato de Pessoal - Processo Seletivo	3	3	100%
Ato de Pessoal - Revisão de Aposentadoria	2	2	100%
Ato de Pessoal - Reversão de Aposentadoria	7	10	143%
Prestação de Contas	2	2	100%
Comunicado Interno	14	15	107%
Comunicado Externo	20	24	120%
Compra - Dispensa	2	2	100%
Compra - Licitação	2	2	100%
Consulta	61	75	123%
Contrato - Prestação de Serviços	1	1	100%
Denúncia	148	131	89%
Medida Cautelar/Denúncia	18	16	89%
Demandas Externas	22	23	105%
Documentos Complementares	1	0	0%
Prestação de Contas	3	3	100%
Prestação de Contas - Entidade Civil	2	4	200%
Processo Judicial	14	14	100%
Processo de Pagamento	2	7	350%
Recurso Ordinário	2	1	50%
Representação	108	102	94%
Representação ao Ministério Público de Contas	1	1	100%
Relatório de Inspeção/Auditoria	2	2	100%
Solicitação de Benefícios	5	4	80%
Estabilidade econômica	1	1	100%
Gratificação de incentivo Funcional	3	2	67%
Gratificação adicional por tempo de serviço	2	2	100%
Licença Maternidade/Licença Paternidade	0	1	0%
Licença Prêmio para gozo oportuno	3	3	100%
Outros	6	9	150%
Solicitação de Estágio	0	3	100%
Solicitação Interna	48	54	113%
Solicitação Externa	20	18	90%
Tomada de Contas - Especial	0	1	100%
Termo de Ocorrência	9	4	44%
Medida Cautelar - Termo de Ocorrência	1	1	100%
TOTAL	850	870	104%

Fonte: AJU



Tabela 10
CONSULTAS RECEBIDAS x ENCAMINHADAS POR ASSUNTO – FISICO/ 4º TRIMESTRE/2025

NATUREZA PROCESSO	Recebidos	Encaminhados	% de Recebidos/ Encaminhados
Denúncia	0	1	100%
Prestação de Contas. Entidade Civil	0	1	100%
Termo de Ocorrência - Cautelar	1	1	100%
TOTAL	1	3	300%

Fonte: AJU

Paralelo a isso, a Assessoria Jurídica fez atendimento diário aos Jurisdicionados seja via telefone ou por intermédio de agendamento prévio, solucionando dúvidas e prestando orientações atinentes às matérias de competência desta Corte de Contas e desempenhou o trabalho contínuo de elaboração e revisão das instruções normativas, resoluções e a participação nas demandas que envolvem a adequação do Órgão às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD, da nova Lei de Licitações e da Lei de Improbidade Administrativa.

Merece destaque o "Compêndio de Pareceres Jurídicos", referente ao 4º trimestre de 2025, que versa sobre os diversos temas enfrentados por esta Unidade Jurídica nos processos de Consultas formuladas pelos Jurisdicionados, está em fase de elaboração com disponibilização em breve no site do TCM/BA.

E por fim, ainda no tocante às atividades desempenhadas por esta Unidade, cumpre destacar que, em colaboração com o Comitê de Jurisprudência e Súmula, a Assessoria Jurídica vem promovendo a elaboração e divulgação semanal do Informativo de Jurisprudência, publicação na qual são reunidos e destacados os principais trechos de decisões proferidas pelos Conselheiros deste Órgão de Controle, seja em sede monocrática ou colegiada.

3.1.2 Assessoria de Controle Interno - ACI

As atividades executadas pela Assessoria de Controle Interno, durante o 4º trimestre de 2025, estão previstas no Plano Anual de Atividades da Controladoria Interna, outras são executadas a partir de ações não programadas ou ainda por demandas em função de necessidade constatada de recomendação para melhoria de procedimentos. Dessa forma, são apresentadas as ações desenvolvidas como quantidade de processos examinados, elaboração de pareceres, conclusão de relatórios, recomendação para aprimoramento de processos, assistência e suporte às ações das unidades administrativas, técnicas e de gestão.



3.1.2.1. Principais Atividades desenvolvidas pela Assessoria de Controle Interno:

- ✓ **Análise e emissão de parecer em sete processos de dispensas de licitação:** Os processos são previamente autorizados/homologados por instâncias superiores para execução da despesa e posteriormente examinados pela ACI para que se verifique a sua adequação, quanto aos aspectos da instrução e da formalização em conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023, O montante dos processos resultou em R\$ 286.635,97 em recursos analisados.
- ✓ **Análise e emissão de parecer em processos de despesas mediante regime de adiantamento:** Os processos de comprovação de adiantamentos apresentados pelos servidores responsáveis pela aplicação dos recursos são examinados pela Gerência Financeira, unidade responsável pela análise final e posteriormente encaminhados à Assessoria de Controle Interno, onde são revisados quanto à documentação e atendimento ao normativo legal que regulamenta a utilização de despesas por regime de adiantamentos na administração estadual. Durante o 4º trimestre de 2025 foram examinados um total de 55 processos, que resultou em recursos na ordem de R\$ 206.128,00;
- ✓ **Auditoria e avaliação das despesas por Inexigibilidade de Licitação:** O trabalho teve por objetivo analisar e avaliar os controles internos utilizados pelas diversas unidades do Tribunal constantes dos processos de solicitação de despesa por contratação direta mediante Inexigibilidade de Licitação, de acordo com a Lei 14.133/2021. Foram verificadas as formalizações dos processos, o fluxo das informações e a adequada comprovação documental.
- ✓ **Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira das despesas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia:** As despesas realizadas pelo TCM/BA são objeto de exame contínuo. Eventuais inconsistências ou inadequações, quando detectadas, são questionadas ou informadas às unidades administrativas, financeiras e operacionais, responsáveis pelo gerenciamento das informações e/ou das despesas;
- ✓ **Análise e Acompanhamento das Despesas com Pessoal do TCM/BA, em conformidade à Lei de Responsabilidade Fiscal referente aos 1º e 2º quadrimestres do Exercício 2025:** em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, Nº 101/2001, foi verificado o atendimento aos limites das despesas estabelecidos pela referida Lei, com análise dos aspectos formais, legais, transparência e fidedignidade aos dados orçamentários e financeiros com o Sistema Integrado de Planejamento e Finanças do Estado da Bahia – FIPLAN;
- ✓ **Acompanhamento do Site Eletrônico e Portal da Transparência do TCM/BA referentes ao cumprimento das diretrizes do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP:** Conforme Portaria no 02 de 2025, que atribuiu competências relacionadas ao Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP, no âmbito do TCM/BA, o Controlador Interno é o responsável pelo



acompanhamento das informações do site eletrônico e portal da transparência. Neste sentido, foi realizado um trabalho, em conjunto com a Divisão de Desenvolvimento Organizacional - DDEO, de acompanhamento das informações contidas no Portal Eletrônico e site do Tribunal, bem como providências necessárias no que se refere aos conteúdos. Ao final do período de avaliação, a ATRICON atribuiu o selo Diamante de transparência ao TCM/BA.

3.2. OUVIDORIA

Nas atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, durante o 4º trimestre de 2025, foram iniciadas 55 manifestações provenientes de diversos municípios, entidades e órgãos, sendo 22 oriundos de pessoas físicas, 25 de pessoas jurídicas e 8 anônimas. Todas foram respondidas, conforme **tabela 11** que discrimina a quantidade por natureza da manifestação.

Tabela 11
CONSULTAS RESPONDIDAS POR ASSUNTO/ 4º TRIMESTRE/2025

NATUREZA	QUANT	%
Comunicação de Irregularidade	37	60%
Informações	10	23%
Reclamações	1	2%
Solicitações Diversas	6	13%
Outras Manifestações	1	2%
TOTAL	55	100%

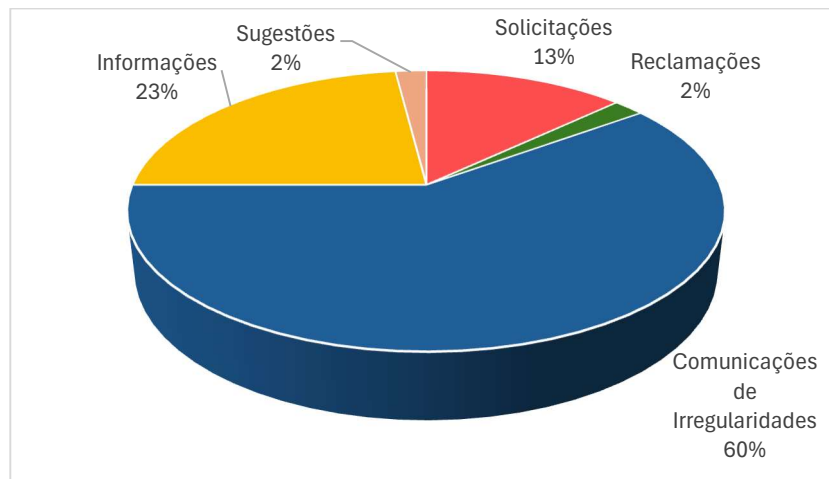
Fonte: Ouvidoria

Percentual das Manifestações por Natureza

No gráfico a seguir, demonstram-se as manifestações apresentadas em percentuais, onde “Comunicação de Irregularidades” representa a maior parte, com 60% e logo em seguida “Informações” com 23% do total das demandas.



GRÁFICO 1 – MANIFESTAÇÕES APRESENTADAS - 4º TRIM/ 2025



Fonte: Ouvidoria

Tempo médio de resposta

O tempo médio demandado para responder às manifestações, no trimestre, foi de 2,1 dia/resposta.

Vale ressaltar, que a unidade priorizou o atendimento das 325 solicitações requisitadas pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal, Tribunal de Justiça de Bahia, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Ministério da Educação, Justiça Federal, dentre outros no contexto das Demandas Externas, observando-se um volume considerável de questionamentos atendidos no período, conforme **Tabela 8**.

3.3. SECRETARIA GERAL – SGE

A tabela a seguir demonstra que tramitaram no TCM/BA, durante o quarto trimestre de 2025, 5.510 processos, com destaque para as solicitações externas e Defesa (Denúncias e Termos de Ocorrência) que foram as naturezas com as maiores demandas no período.



Tabela 12
PROCESSOS AUTUADOS NO 4º TRIM/ 2025

NATUREZA	4º TRIMESTRE
Atos de pessoal (aposentadoria e pensão)	419
Autenticação de livros contábeis	0
Concurso público	95
Consulta	59
Defesa (Denúncias e Termos de Ocorrência)	530
Denúncia	141
Medidas Cautelares (Denúncia e TOC)	193
Justificativa de notificação	1
Multa (parcelamento/ revisão/ comprovação/ devolução)	144
Pedido de Reconsideração / Rec. Ordinário	22
Prestação de Contas de Câmara	0
Prestação de Contas de Descentralizada	0
Prestação de Contas de Entidade Civil	1
Prestação de Contas de Prefeitura	0
Processo de pagamento	158
Relatório de Auditoria/Inspeção	110
Resposta a diligência	14
Ressarcimento (parcelamento/comprovação/revisão)	6
Solicitação de certidão	130
Solicitação de prorrogação de prazo para defesa	0
Solicitação de prorrogação de prazo para documentação mensal	0
Solicitação de prorrogação de prazo para justificativa de notificação	0
Solicitação de prorrogação de prazo para prestação de contas	0
Solicitação de vista de processo	0
Solicitações externas diversas	1120
Termo de Ocorrência	112
Tomada de Contas Anual	0
Tomada de Contas Especial	28
SUBTOTAL	3283
Assuntos diversos	2227
TOTAL	5.510

Fonte: SGE

Esses documentos, distribuídos pelas respectivas unidades técnicas, deram origem às diversas atividades do Tribunal.

A tabela adiante elenca as atividades de assistência às sessões plenárias, desenvolvidas pela Seção de Apoio ao Plenário – SEAPL, no 4º Trimestre de 2025.



Tabela 13
ATIVIDADES REALIZADAS PELA SGE – 4º TRIM/ 2025

DESCRIÇÃO	4º TRIM	%
Atas de Sessões Plenárias elaboradas	12	0,1%
Certidões emitidas	35	0,4%
Deliberações emitidas	474	4,8%
Deliberações de Imputação de Débito emitidas	228	2,3%
Editais publicados no DOE	422	4,3%
Of. Câmaras Municipais ref. julgamentos Contas - conheç. Plenário	167	1,7%
Ofícios emitidos	1910	19,4%
PP c/determinações plenárias enviadas às DCEs p/providências	221	2,2%
Pareceres Prévios emitidos	228	2,3%
Processos instruídos	1602	16,2%
Processos recebidos	1847	18,7%
Processos remetidos	1627	16,5%
Processos remetidos às jurisdicionadas pela EBCT	528	5,4%
Processos sorteados	562	5,7%
Representações encaminhadas ao Ministério Público Estadual – MPE	6	0,1%
TOTAL	9.869	100,0%

Fonte: SGE

3.4 CORREGEDORIA

No 4º trimestre de 2025, a Corregedoria priorizou o monitoramento das atividades de correição iniciadas no ano anterior, a implementação do Plano Anual de Correição – 2025; o fomento em atividades de prevenção de assédio moral, assédio sexual e discriminação; a conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares – PAD; a mudança do layout da página da Corregedoria e a Promoção do Comportamento Ético, através de cursos, cartilhas, campanhas de orientação para o público interno.

3.4.1. Principais Atividades Desenvolvidas no 4º Trimestre de 2025

✓ Com o propósito de estimular a conduta pessoal e a demonstração da idoneidade e ética de todos os servidores desta Corte de Contas, a Corregedoria da continuidade ao programa “Momentos Éticos”, com publicações durante o trimestre:

- Nº 10 – “Lições de Policarpo Quaresma”;
- Nº 11 – “Ambiente ético, trabalho harmonioso”;
- Nº 12 – “Imagine”.



- ✓ Foram implementadas melhorias no layout da página da Corregedoria no site do TCM/BA, as alterações foram realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, em conjunto com a Corregedoria;
- ✓ Encontra-se em tramitação a Minuta de Resolução que disciplina o procedimento a ser adotado para a indicação, nomeação e posse de Conselheiro em caso de vacância, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;
- ✓ Participação da Corregedoria em cursos, webinar, palestras e eventos, com destaque para a roda de conversa “Corpo São, Mente Sã: o cuidado integral como pilar do desenvolvimento no trabalho e na vida”, que visou estimular o bem-estar no ambiente profissional. O evento, promovido pela Corregedoria, em parceria com a Escola de Contas do TCM/BA, foi realizado no Plenário do TCM/BA e transmitido pelo YouTube;
- ✓ O dispositivo de alerta criado para Pedido de Vistas, continua em funcionamento e ofícios estão sendo encaminhados para as unidades solicitando que sejam adotadas as medidas cabíveis para a retomada do curso regular dos processos;
- ✓ Criação dos Cards e Informes: “Meritocracia” e “Questão de Ética”, que foi divulgado através do e-mail dos servidores e na página da Corregedoria no site do TCM/BA.

3.4.2. Ações de Fortalecimento do Comportamento Ético no TCM/BA

Durante o 4º trimestre, deu-se continuidade a divulgação dos informes sobre o Código de Ética, no site do Tribunal na página da Corregedoria (internet e intranet), com o propósito de estimular a conduta pessoal e a demonstração da idoneidade e ética de todos os servidores desta Corte de Contas.

4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, com atuação junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (MPC/BA), tem por missão institucional a guarda da lei e a fiscalização de sua regular execução.

Integram o MPC do TCMBa o Procurador-Geral de Contas Dr. Danilo Diamantino Gomes da Silva, que também é titular da 4ª Procuradoria de Contas, os Procuradores: Aline Paim Monteiro do Rego – Ouvidoria de Contas e Titular da 1º PC; Camila Vasquez Gomes – Corregedoria e Titular da 3ª PC e Guilherme Costa Macedo – Procuradoria Geral Adjunta e Titular da 2ª PC.



4.1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

No cumprimento de suas funções institucionais, ao longo do quarto trimestre do exercício 2025, o MPC/BA deu continuidade à análise de processos sujeitos a julgamento pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, manifestando-se nos referidos feitos de acordo com as regras de competência de cada Procuradoria. Neste sentido, os Membros do Órgão Ministerial, além de terem participado das sessões dos Órgãos Julgadores do TCM/BA (Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras), receberam, no trimestre, 744 processos para manifestação: Prestação de Contas, Termos de Ocorrência, Denúncias, Auditorias e Prestações de Contas de Recursos Repassados ao Setor Privado.

No desenvolvimento de sua atividade finalística de fiscal da lei (*custos legis*) em processos do controle externo do TCM/BA, e no exercício das suas rotinas administrativas, o MPC/BA produziu os seguintes documentos e/ou expedientes:

Tabela 14

DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS/ 4º TRIMESTRE 2025

Modalidade	Quantidade	%
Manifestação		
Parecer	491	87%
Diligência		
Ofício		
solicitações de documentos e esclarecimentos dirigidos a gestores da Administração Direta e Indireta	35	6,5%
Recomendações a gestores da Administração Direta e Indireta		
Troca de informações com órgãos públicos parceiros		
Procedimentos Administrativos	31	5,5%
Representações	05	1%
Edição e publicação	0	0%
Resolução	0	
Ordem de Serviço	0	
Portaria	0	
TOTAL	562	100%

FONTE: MPC

Vale ressaltar a participação dos Procuradores em 19 Sessões Plenárias Híbridas e 22 Sessões Cameraais Híbridas durante o quarto trimestre.

5. ATIVIDADES TÉCNICAS DE CONTROLE EXTERNO

No exercício de sua competência constitucional, o TCM/BA exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos 417 municípios baianos, para verificar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de atos e contratos, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, com vistas a instruir o julgamento de contas, prestando às Câmaras Municipais, o auxílio que estas lhe solicitarem, consoante disposição constitucional.



5.1. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO - SCE

A Superintendência de Controle Externo é a unidade responsável por planejar, organizar, supervisionar e avaliar o desempenho das políticas, diretrizes e ações adotadas pelo TCM/BA no exercício da atividade de controle externo, bem como, a de prover suporte e assessoramento técnico e operacional às unidades sob sua subordinação.

No quarto trimestre de 2025, foram planejadas e executadas ações e atividades de fiscalização, compreendendo tanto as previstas no PAF 2025 quanto outras não planejadas.

Além disso, foi concluída a elaboração do novo Planejamento Estratégico do TCM/BA, que abrangerá o quinquênio 2026-2030.

5.1.1. Benefícios das Ações de Controle Externo

As ações realizadas pelo Controle Externo do TCM/BA foram fundamentais para garantir a correta aplicação dos recursos públicos e assegurar a boa gestão fiscal nos municípios baianos, traduzindo-se em benefícios para a sociedade.

Em termos qualitativos destacam-se o aprimoramento de controles internos, a implementação de mecanismos de prevenção ao dano, a melhoria na alocação de recursos e as ações pedagógicas voltadas aos jurisdicionados dentre outros. No que diz respeito aos benefícios quantitativos ressalta-se à correção de falhas na execução orçamentária, a prevenção de irregularidades em diversos setores da administração pública municipal e fiscalização da aplicação correta dos recursos em áreas prioritárias, como saúde e educação.

A seguir as principais decisões proferidas pelo Pleno, durante o quarto trimestre, no âmbito dos processos de fiscalização:

1. Irregularidades nos serviços de saúde prestados em Olindina:

<https://www.tcm.ba.gov.br/auditoria-aponta-irregularidades-nos-servicos-de-saude-prestados-em-olindina/>

2. Falhas no serviço de transporte escolar de Serrinha:

<https://www.tcm.ba.gov.br/auditoria-aponta-falhas-no-servico-de-transporte-escolar-de-serrinha/>

3. Irregularidades no serviço de saúde básica de Lauro de Freitas:

<https://www.tcm.ba.gov.br/auditoria-aponta-irregularidades-no-servico-de-saude-basica-de-lauro-de-freitas/>



5.1.2. Fiscalizações e Auditorias

No quarto trimestre de 2025, a SCE concluiu o planejamento para a elaboração do Plano Unificado de Fiscalização (PUF) referente ao biênio 2026-2027. Esse plano definirá os temas prioritários e as diretrizes de fiscalização que irão orientar os próximos Planos Anuais de Fiscalização (PAF).

Além disso, a Superintendência coordenou a realização de 89 ações fiscalizatórias, sendo 20 concluídas (12 auditorias, sete inspeções e 1 monitoramento) e outras 69 (61 auditorias, quatro inspeções, dois levantamentos, um monitoramento e um diagnóstico) seguem em andamento.

5.1.3. ATIVIDADES DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO E SISTEMAS PARA O CONTROLE EXTERNO – NICE

O Núcleo de Inovação e Sistemas para o Controle Externo – NICE, vinculado à Superintendência de Controle Externo, tem por objetivo promover a melhoria contínua dos sistemas de Tecnologia da Informação, o aumento da efetividade das ações de controle externo e o aprimoramento da gestão pública.

Dentre os projetos em andamento no NICE destacam-se:

➤ Sistema FAROL

No quarto trimestre de 2025, o NICE atuou em diversas frentes relacionadas ao projeto Farol e ao desenvolvimento do módulo de Prestação de Contas Anual, destacam-se:

- Elaboração da proposta da nova Resolução de prestação de contas anual e mensal, visando guiar os grupos de trabalho responsáveis pela elaboração do documento. A minuta foi finalizada e compartilhada com as equipes para análise e complementações necessárias;
- Reuniões para alinhamento estratégico com as diretorias de controle externo para definir a implementação do “Farol Prestação de Contas Anual”, incluindo o planejamento de tarefas, responsabilidades e cronograma de entregas, para posterior apresentação à SCE e à Secretaria Geral – SGE, para dar continuidade ao projeto;
- Em parceria com a DTI foram desenvolvidas as especificação de requisitos dos ajustes finais para a finalização do módulo PCA;
- Construção de requisitos do Módulo Jurídico e Contábil de Contas Auxiliares e de Pessoal, apesar das especificações do módulo de Prestação de Contas Mensal estarem temporariamente suspensas, em virtude de um atraso por parte da DTI nos ajustes do sistema, fato que inviabilizou a homologação das telas;



➤ **Automatização da Análise de Glosas com base em Inteligência Artificial**

No 4º trimestre, o projeto teve continuidade com a revisão e reformulação do prompt utilizado no módulo de despesas de pessoal/terceirização. Após rodagens e testes de desempenho da IA, obteve-se percentual de acerto de 67%. Apesar de estar abaixo dos módulos de Educação e Saúde, decidiu-se em conjunto com os diretores de controle externo, pela implementação da ferramenta no SIGA Analisador, visto que o módulo de Pessoal apresenta a característica de análise censitária dos empenhos, diferentemente da análise amostral de Educação e Saúde, razão pela qual torna-se aceitável um maior risco de erro pela IA. Além disso, concluiu-se que a análise de despesas de pessoal é mais subjetiva, o que torna genérica a descrição da natureza da despesa, dificultando a análise pela IA generativa.

Desse modo, iniciaram-se os testes piloto com as inspetorias selecionadas para utilização da ferramenta. A equipe do NICE concluiu, então, a fase de construção do projeto Glosas, seguindo para a fase de monitoramento e suporte.

➤ **Manutenção do SIGA – Captura**

O Núcleo acompanhou as atividades das ações necessárias à manutenção do sistema SIGA – Captura.

➤ **Calendário de Obrigações dos Poderes Executivo e Legislativo**

Elaborada e disponibilizada a versão atualizada do Calendário de Obrigações para o exercício de 2026, contemplando os prazos e responsabilidades dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios jurisdicionados ao Tribunal de Contas. O calendário está acessível no Portal do TCM-BA, no menu Portal do Gestor, submenu Calendário de Obrigações, por meio do link: <https://www.tcm.ba.gov.br/calendario-de-obrigacoes/>.

➤ **Classificação de Documentos e Modelos Estruturados**

Foram concluídas as entregas dos modelos estruturados e dos documentos referentes às prestações de contas mensais do exercício de 2026 e às prestações anuais do exercício de 2025. Esses materiais serão implementados no sistema e-TCM, garantindo padronização e maior eficiência no processamento das informações.



➤ Cronograma de Fechamento de Competências dos Sistemas SIGA e e-TCM

Elaborado e entregue o cronograma de fechamento das competências mensais para o exercício de 2026, contemplando os prazos para envio das informações nos sistemas SIGA e e-TCM. O documento foi encaminhado para análise e aprovação das Diretorias de Controle Externo, visando assegurar a conformidade e a regularidade dos processos.

5.2. DESEMPENHO DAS DIRETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

5.2.1. 1ª e 2ª Diretorias de Controle Externo

A 1ª e 2ª Diretorias de Controle Externo têm por finalidade acompanhar e controlar as contas anuais e atos administrativos dos jurisdicionados, por intermédio da fiscalização, exame, orientação e prevenção de irregularidades. São responsáveis pelas análises das prestações de contas dos jurisdicionados.

Tabela 15

ATIVIDADES REALIZADAS PELAS 1ª E 2ª DCE'S / 4º TRIMESTRE 2025

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Análise de Atos de Execução Orçamentária (Cientificação)	7
Emissão de Relatório de Prestação de Contas (RPC)	1.072
Análises de Regularidades por matriz e de objeto	67
Instrução de processos de Demandas Externas	10
Instrução processos _ Multas e Ressarcimentos	22
Reexames/Recurso Prestação de Contas Anual	16
Lavratura de Termo de Ocorrência	220
Lavratura de Termo de Ocorrência, com medida cautelar	27
Lavratura de Tomada de Contas Especial	49
Exame de Prestação de Contas (Prefeituras Municipais)	201
Exame de Prestação de Contas (Câmaras Municipais)	45
Exame de Prestações de Contas (Descentralizadas e Entidades do RPPS)	8
Instrução de processos _ determinações de Pareceres Prévio	131
Reexames GECON	181
TOTAL	2.056

Fonte: 1ª e 2ª DCE

➤ Prestações de Contas Anuais

As Prestações de Contas Anuais são analisadas pelas 1ª e 2ª Diretorias de Controle Externo. No quarto trimestre de 2025, foram examinadas 201 prestações de contas de Prefeituras, 45 de Câmaras e 8 dos Entes descentralizados.



No mesmo período, as Diretorias em conjunto com as Inspetorias Regionais analisaram 197 processos de reexame e, as Inspetorias Regionais, expediram 1.072 notificações no âmbito da análise das Prestações de Contas periódicas efetuadas ao longo do exercício.

➤ **Tomada de Contas Especial**

No quarto trimestre de 2025, foram instaurados 49 processos de Tomada de Contas Especial.

➤ **Termos de Ocorrência**

Termo de Ocorrência (TOC) é o instrumento fiscalizatório iniciado pela unidade técnica do TCM/BA, hábil a questionar ato administrativo ilegal, ilegítimo, antieconômico e não razoável praticado pelos jurisdicionados, e que não se enquadre nas hipóteses de Tomada de Contas Especial.

Durante o trimestre, foram lavrados pela 1ª e 2ª Diretorias de Controle Externo um total de 247 Termos de Ocorrência, sendo 27 com Medidas Cautelares.

➤ **Processos de Fiscalização**

No 4º trimestre, as 1ª e 2ª Diretorias de Controle Externo, além de darem continuidade às auditorias iniciadas nos trimestres anteriores, iniciaram quatro novas auditorias, que se encontram em andamento nos Municípios de Prado, Boa Vista do Tupim, Jaguaquara e Maiquinique, sendo uma na área da Saúde, com foco em medicamentos, três na área da Educação, com ênfase no transporte escolar.

Destaque para os municípios que tiveram auditorias concluídas no trimestre: Entre Rios, Simões Filho e Itapetinga.

5.2.2. 3ª Diretoria de Controle Externo

A 3ª Diretoria de Controle Externo tem por finalidade planejar, supervisionar, orientar, coordenar, executar e assegurar a qualidade e o desempenho dos procedimentos de inspeção e auditoria das contas municipais.

As atividades realizadas no 4º trimestre por esse setor estão detalhadas a seguir:

5.2.2.1. Processos de Fiscalização

No quarto trimestre de 2025, a 3ª DCE finalizou 14 ações de fiscalização, compreendendo seis auditorias, sete inspeções e um diagnóstico, cada uma embasada em um plano e respectivos relatórios



específicos. Além disso, foram elaboradas 20 manifestações técnicas referentes às defesas apresentadas pelos Gestores, em decorrência de notificações oriundas de ações fiscalizatórias nos seguintes municípios: Boquira, Angical, Vitória da Conquista, Marau, Itabuna, Barreiras, Ibitiara, Brejões, Eunápolis, Coronel João Sá, Juazeiro, Piritinga, Pedrão, Araças, Serrinha, Biritinga, Santo Amaro, Jequié, Saubara e Mata de São João.

Dentre as demais atividades em andamento destacam-se:

➤ **Auditoria Operacional Nacional 1ª Infância**

A auditoria coordenada tem por objeto os “Programas Nacionais com visita domiciliar: Estratégia de Saúde da Família-ESF e Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz – PCF, no âmbito estadual e municipal. Seu objetivo é avaliar a eficiência e a eficácia das políticas públicas de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, com ênfase nas visitas domiciliares e sua intersetorialidade com as políticas de saúde e assistência social.

No 4º trimestre de 2025, as auditorias referentes aos cinco municípios selecionados — Simões Filho, Senhor do Bonfim, Ichu, Esplanada e Serrinha, ainda se encontravam em andamento, tendo sido concluída a etapa de coleta de evidências in loco. A conclusão dos trabalhos está prevista para o primeiro trimestre de 2026.

➤ **Auditoria Operacional – Acesso À Educação Infantil**

A fiscalização, na modalidade auditoria operacional, tem como objetivo geral avaliar a efetividade das políticas públicas municipais voltadas à ampliação do acesso à Educação Infantil (creche e pré-escola), em articulação com os programas intersetoriais da Primeira Infância, especialmente aqueles que envolvem visita domiciliar, como o Programa Criança Feliz (PCF) e a Estratégia de Saúde da Família (ESF).

As auditorias foram realizadas em seis municípios selecionados: Simões Filho, Senhor do Bonfim, Ichu, Esplanada, Serrinha e Feira de Santana. As atividades de campo foram concluídas, porém os trabalhos seguem em andamento, com previsão de encerramento para o primeiro trimestre de 2026.

➤ **Auditoria Integrada em Saúde – Doenças Crônicas**

Em 2025, a 3ª DCE está conduzindo Auditoria Temática integrada – operacional e de conformidade – com foco na política de Prevenção e Cuidado de Pessoas com Doenças Crônicas. Com a finalidade de avaliar a adequação da estrutura física, disponibilidade de equipamentos, recursos humanos, medicamentos, exames, registros e monitoramento, ações de educação e prevenção, bem como os aspectos de gestão e organização das unidades de saúde nos municípios baianos de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde.



Estas auditorias permaneceram em andamento durante o 4º trimestre, com a realização de visitas exploratórias em três municípios e com a conclusão da fase de execução nos 17 municípios selecionados.

➤ **Auditoria Programada – Obras de Urbanização e Limpeza Urbana**

O Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia da 3ª DCE está realizando uma Auditoria Programada, na modalidade Auditoria de Conformidade, voltada à fiscalização da fase de execução contratual de obras de urbanização e serviços de limpeza urbana.

A ação fiscalizatória visa avaliar os aspectos de legalidade (aderência aos critérios formais) e legitimidade (observância aos princípios gerais que regem a boa gestão financeira e a conduta dos servidores públicos) na execução das obras e serviços contratados pelos municípios fiscalizados.

No 4º trimestre, foram concluídas as auditorias referentes aos municípios de Acajutiba e Boquira, restando em andamento as relativas aos Municípios Coração de Maria, Curaçá, Ibicoara e Paratinga.

➤ **Auditoria Financeira – Projeto Cenafin**

O TCM/BA instituiu, em abril de 2025, o Centro de Estudos de Auditoria Financeira – CENAFIN, composto por um grupo de auditores de controle externo, com o propósito de subsidiar a implantação da auditoria financeira no âmbito deste Tribunal e promover um desenvolvimento metodológico inovador para as fiscalizações das contas públicas.

A seleção das entidades contempladas na auditoria piloto baseou-se em critérios de representatividade patrimonial, evidências de análises anteriores e na avaliação do impacto sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis consolidadas dos municípios. Também foram considerados aspectos quantitativos e qualitativos ligados à relevância estratégica das entidades para o ODS nº 6 – Água potável e saneamento, reforçando o caráter social e ambiental da iniciativa.

Neste contexto, no 4º trimestre de 2025, as auditorias permaneceram em andamento, com conclusão dos trabalhos prevista para o exercício de 2026. Foram finalizados os papéis de trabalho e definidas as estratégias para a execução em campo.

➤ **Projeto Sede de Aprender**

O projeto “Sede de Aprender” visa fiscalizar as condições de abastecimento de água e saneamento nas unidades escolares. O projeto também busca contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030); incentivar a replicação de boas práticas em residências, a partir do exemplo escolar; fortalecer os sistemas de saneamento; melhorar os locais de destinação de resíduos; e promover a capacitação por meio de projetos nas escolas. O projeto é coordenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelo Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e pelo



Instituto Rui Barbosa (IRB) e envolve auditores de Tribunais de Contas e promotores de justiça de diversos estados brasileiros.

No âmbito deste Tribunal, foram concluídas, no 4º trimestre, as inspeções nos municípios de Feira de Santana e Vitória da Conquista, abrangendo, totalizando 21 escolas no ano de 2025.

➤ **Levantamento de Obras Paralisadas – Educação**

Está em andamento, através do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia, um levantamento com foco nas obras de infraestrutura voltadas à Educação, inseridas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras. A ação tem como objetivo subsidiar a seleção de objetos e o planejamento de futuras ações fiscalizatórias a serem realizadas pelo TCM/BA nas obras enquadradas no referido Pacto, além de dar transparência às ações governamentais.

A fiscalização também integra o Projeto da Rede Integrar, que trata do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante.

O levantamento abrangeu os 210 municípios participantes, contemplando 392 obras municipais de educação paralisadas no Estado da Bahia, enquadradas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, resultando na coleta de informações relativas a 230 dessas obras. A entrega do relatório consolidado está prevista para o exercício de 2026.

➤ **Painel ClimaBrasil**

O TCM/BA participou da Ação Nacional Coordenada “Painel ClimaBrasil”, realizada sob a coordenação do Tribunal de Contas da União – TCU, com a participação de todos os Tribunais de Contas do país no âmbito da Rede Integrar. A ação tem como objetivo consolidar um panorama nacional das ações climáticas implementadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com ênfase nas capitais brasileiras.

O Painel ClimaBrasil permitirá aos tribunais avaliar, com base em uma métrica padronizada, as ações governamentais em três eixos: governança, políticas públicas e financiamento. Os resultados consolidados subsidiarão a construção de um panorama nacional das ações climáticas, que será apresentado durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), marcada para novembro de 2025, em Belém (PA).

No âmbito do TCM/BA a 3ª Diretoria de Controle Externo foi responsável pela condução da ação no Município de Salvador. As atividades da equipe técnica compreenderam a coleta e análise de documentos oficiais, planos, políticas e registros públicos relacionados à atuação municipal frente às mudanças climáticas, conforme a metodologia estabelecida no Manual e na Metodologia do Painel ClimaBrasil.



No 4º trimestre, iniciou-se a elaboração de informativo acerca da ação, com o objetivo de dar conhecimento aos Gabinetes sobre os resultados.

➤ **Diagnóstico Áfibra**

Dando continuidade aos trabalhos do Diagnóstico Áfibra, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) prosseguiu com a fiscalização pautada no art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O diagnóstico, que abrangerá os exercícios de 2023 e 2024, tem por objetivo consolidar uma série histórica que possibilite analisar a evolução das ações relacionadas a normativos, governança, orçamento e capacitação de professores ao longo dos anos, de modo a subsidiar a identificação de pontos críticos e a definição de municípios prioritários para a atuação do Controle Externo.

O resultado do trabalho permaneceu disponível para preenchimento até 16 de novembro de 2025 e contou com a adesão de 96% dos municípios baianos, superando o percentual de 94% registrado no ciclo anterior.

➤ **Fiscalização de Emendas Pix**

A Ação 48 do Plano Anual de Trabalho (PAT) 2025 da Rede Integrar, teve como foco o exame da transparência, rastreabilidade e regularidade na aplicação dos recursos da União descentralizados para os entes subnacionais, por meio de transferências especiais, modalidade de emenda parlamentar prevista no art. 166-A, inciso I, da Constituição Federal.

A ação resultou na realização de três auditorias, sendo duas no município de Coração de Maria e uma no de Tucano, com o propósito de fiscalizar os recursos provenientes de emendas parlamentares recebidos por esses Municípios. A auditoria do município de Tucano foi concluída e as outras estão em andamento.

Vale mencionar que os achados decorrentes das auditorias realizadas pelo TCM/BA resultaram em um Relatório Consolidado e disponibilizado ao Tribunal de Contas da União - TCU, com a finalidade de subsidiar a consolidação nacional dos resultados de todos os tribunais de contas envolvidos na fiscalização.

➤ **Outras Ações da Rede Integrar**

Participação em duas capacitações da equipe de saúde da 3ª DCE para realização de Auditoria Coordenada em Contratualização Hospitalar, promovidas pelo TCU, ao tempo em que iniciou-se o planejamento da referida ação que será concluída em 2026.



5.3. DIRETORIA DE CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL - DAP

Durante o quarto trimestre de 2025, a DAP concentrou suas atividades na instrução dos processos de aposentadorias e pensões, bem como na execução e conclusão das Auditorias de Conformidade, iniciadas no exercício anterior, as quais abrangeram os municípios de Araci, Jequié, Santo Amaro, Tucano, Ilhéus e Itapicuru. Tais auditorias têm como escopo avaliar a conformidade da gestão de pessoal quanto à admissão, contratação, ocupação e remuneração de cargos e funções públicas.

Ao final do exercício foram finalizadas as auditorias nos municípios de Araci, Jequié e Tucano, as outras permanecem em andamento.

Ressalta-se que, no mesmo período, foram lavrados sete Termos de Ocorrência, com pedido de medida cautelar, relacionados à suposta acumulação irregular de cargos públicos.

5.3.1. PROCESSOS TRAMITADOS

Durante o trimestre, o setor registrou a autuação de 509 novos processos, desses 320 foram encaminhados à Assessoria Jurídica e 187 resultaram na expedição de diligências. Cumpre registrar, ainda, que, no exercício de 2025, o Pleno desta Corte julgou 177 processos relativos a atos de pessoal, conforme demonstrado no quadro a seguir.

TABELA 16
CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL – 4º TRIMESTRE/2025

ASSUNTO	SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Concurso Público	Autuados – Processos Principal	1
	Autuados – Novos Atos	15
	Diligenciados	0
	Instruídos – Encaminhados para AJU	0
	Julgados Legais	1
	Julgados Ilegais	0
Processos Seletivos Simplificados e Contratos Temporários	Autuados – Processos Principal	14
	Autuados – Novos Atos	65
	Diligenciados	16
	Instruídos – Encaminhados para AJU	6
	Julgados Legais	1
	Julgados Ilegais	0
Aposentadoria	Autuados	256
	Diligenciados	165
	Instruídos – Encaminhados para AJU	299
	Julgados Legais	165
	Julgados Ilegais	6
Pensões	Autuados	158
	Diligenciados	6
	Instruídos – Encaminhados para AJU	15
	Julgados Legais	4
	Julgados Ilegais	0
TOTAL GERAL		509

Fonte: SGE



5.4. DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS – DAM

A DAM oferece um serviço de assessoramento às gestões municipais para orientar os jurisdicionados, dirimindo as dúvidas técnicas, formuladas através de consultas, na sua maioria, sobre assuntos de natureza contábil e jurídica. A tabela abaixo demonstra as principais atividades realizadas durante o quarto trimestre:

TABELA 17
ATIVIDADES REALIZADAS PELA DAM – 4º TRIMESTRE/2025

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Consultas respondidas no Fale com a DAM	84
Produção de periódicos: Fale com a DAM, Jurisdam, Boletim Contábil e Pílulas Temáticas do Conhecimento	1
Análise prévia de Editais de Licitação	23
Processo com pedido de Medida Cautelar/Termo de Ocorrência – Análise de Editais	8
Elaboração de Boletim “Orientações Técnicas” da Lei 14.133/21	1
Emissão de certidões (Convênios e Operações de Créditos)	150
Avaliação dos Portais da Transparência - PNTP	0
Avaliação dos Portais e Transparência Municipais - Resolução TCM nº 1426/2021	44
Termos de Ocorrência - Análise de Transparência Pública	31
TOTAL	342

Fonte: SCE

A seguir, são detalhadas algumas das principais ações realizadas pela DAM, durante o 4º trimestre de 2025, no âmbito de sua competência:

➤ **Análise de Editais de Licitação**

No quarto trimestre, foram analisados 23 editais de licitação, dos quais resultaram em oito Termos de Ocorrência, sendo seis acompanhados de pedidos de medida cautelar. Os demais processos, que não ensejaram a lavratura de Termos de Ocorrência, foram encaminhados às respectivas Inspetorias Regionais e, posteriormente, arquivados, em razão do atendimento, por parte dos jurisdicionados, às orientações emitidas pela DAM. Esse resultado evidencia a efetividade da atuação orientadora e preventiva do Tribunal na fase prévia às contratações públicas.

➤ **Análises de Portais da Transparência**

No âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública, que visa fortalecer a transparência ativa como instrumento de controle social efetivo, a DAM analisou, durante o 4º trimestre, 44 portais da transparência, com base nas Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e na Lei



Complementar nº 131/2009, tendo lavrado 31 Termos de Ocorrência em razão da permanência de irregularidades nos portais após a notificação dos gestores responsáveis.

5.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES REALIZADAS PELA SCE

➤ **Elaboração do Plano Unificado de Fiscalização (PUF) para o Biênio 2026-2027**

No 4º trimestre de 2025, foi concluído o Plano Unificado de Fiscalização (PUF) para o biênio 2026-2027. O Plano estabelece os temas prioritários e as diretrizes do controle externo que orientarão a elaboração dos próximos Planos Anuais de Fiscalização (PAF).

O PUF reafirma o compromisso do TCM/BA com uma atuação orientada para resultados e voltada ao aprimoramento das políticas públicas municipais. Nesse sentido, o Tribunal reconhece que o controle externo contemporâneo deve ultrapassar a mera verificação de conformidade legal, incorporando uma abordagem analítica, pedagógica e preventiva, capaz de induzir a boa gestão e de promover o desenvolvimento social e institucional dos municípios.

Nesse contexto, o PUF define como eixo central de atuação a fiscalização de políticas públicas, consolidando o papel do TCM/BA como indutor de práticas administrativas eficientes e como parceiro estratégico da sociedade na busca por melhores serviços públicos. A atuação do Tribunal concentrar-se-á em temas diretamente relacionados à qualidade de vida da população, com destaque nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, urbanismo e cidadania, que representam dimensões fundamentais para o bem-estar coletivo e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Paralelamente, a SCE participou da elaboração do novo Planejamento Estratégico do TCM/BA, que abrangerá o quinquênio 2026-2030, contribuindo de forma técnica e estruturada para a definição das diretrizes institucionais que orientarão a atuação do Tribunal nos próximos ciclos.

➤ **Participação na Elaboração do Planejamento Estratégico (2026–2030)**

Conclusão do processo de elaboração e consolidação do Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia para o período de 2026 a 2030, com contribuições técnicas e de estrutura para a definição das diretrizes institucionais que orientarão a atuação do Tribunal no próximo ciclos.

Neste sentido, a SCE atuou na consolidação dos objetivos estratégicos institucionais, voltados ao fortalecimento da atuação do controle externo, que resultou nos seguintes objetivos:



OE 1: Fortalecimento da Credibilidade das Contas Públicas;

OE 2: Promoção da Efetividade das Políticas Públicas;

OE 3: Ampliação da Transparência e Orientação aos Jurisdicionados; e

OE 4: Aprimoramento da Efetividade do Controle Externo.

➤ **Realização do Encontro Técnico Anual**

Evento anual destinado a fomentar a reflexão e o debate sobre os processos de trabalho do Tribunal, com foco no aperfeiçoamento contínuo do controle externo. O evento foi realizado nos dias 24 e 25 de novembro e reuniu auditores, servidores da Casa e especialistas externos, tem como objetivo principal aprofundar o conhecimento sobre as melhores práticas e metodologias aplicadas ao controle externo, contribuindo para a elevação da qualidade das atividades desenvolvidas no âmbito do controle externo.

A programação contou com palestras ministradas por servidores do TCM/BA. Entre os temas abordados, destacaram-se: *Planejamento Estratégico 2026–2030: Diretrizes e Prioridades do TCM-BA; Implantação da Auditoria Financeira no TCM-BA: Desafios e Oportunidades; Fiscalização de Políticas Públicas; Projeto Otimizar: conectando inovação, eficiência e inteligência artificial ao controle externo; Fiscalização e Governança: muito além de cifras e valores; Resultados das Primeiras Auditorias de Pessoal e uso do Generative Pretrained Transformer (GPT) em Aposentadorias; e Aplicação de Seletividade e Automação nos Relatórios das Contas Anuais.*

A palestra de abertura foi ministrada pelo conselheiro Valdecir Pascoal, que abordou o tema “O papel dos Tribunais de Contas na defesa da democracia”. O evento também contou com outras exposições de destaque, como “Erro Grosseiro na Administração Pública: o papel do controle externo”, proferida pelo conselheiro Nelson Pellegrino, e “Avanços e Perspectivas do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC)”, apresentada pelo conselheiro Ronaldo Sant’Anna.



6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

6.1. Superintendência de Planejamento e Gestão – SPG

Na estrutura do Tribunal, a Superintendência de Planejamento e Gestão é a unidade que coordena a formulação e a implantação de políticas e programas nas áreas de planejamento e modernização e é a responsável pela gestão administrativa e financeira do TCM/BA.

No quarto trimestre de 2025 a SPG deu continuidade às atividades de coordenação e acompanhamento do monitoramento do Planejamento Estratégico e outras atividades visando o cumprimento da sua finalidade, dentre as quais, destacam-se:

- ✓ Apresentação ao Presidente e Conselheiros do TCM/BA, da versão preliminar razão do Planejamento Estratégico, período 2026-2030; contando com a presença da empresa consultora Delloitte;
- ✓ Coordenação e alinhamento da Junta Orçamentária, colegiado ad hoc, com a realização de três encontros durante o período, formado pelo Superintendente da SPG, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Planejamento e Gestão, Assessor Especial do Presidente e Assessor de orçamento, para o monitoramento sistemático da execução orçamentária e encerramento financeiro do exercício de 2025;
- ✓ Reunião com a DTI – Diretoria da Tecnologia da Informação, sobre a necessidade da ampliação de postos de trabalho para atender demandas urgentes e entregas programadas;
- ✓ Reunião conjunta com a SCE – Superintendência de Controle Externo e Chefia de Gabinete, sobre o impacto orçamentário da execução de auditorias planejadas e participação em eventos externos;
- ✓ Deu-se continuidade aos projetos de aprimoramento e manutenção das instalações físicas do TCM/BA, na capital e no interior do Estado, priorizando, notadamente, a adequação das unidades às normas e padrões exigidos pela lei de acessibilidade, com ênfase na melhoria ao atendimento das atividades finalísticas, administrativas e demandas do Controle Externo.

6.2. Diretoria de Planejamento e Gestão De Pessoas – DPP

A Diretoria de Planejamento e Gestão de Pessoas – DPP é responsável pela coordenação da Divisão de Desenvolvimento Organizacional – DDEO, Divisão de Gestão de Pessoas – DGEP e o Núcleo de Recursos Humanos – NRH.

Destacam-se como principais atividades desenvolvidas no 4º trimestre de 2025:



- ✓ Consolidação das informações recebidas pelos diversos setores que compõe a elaboração do Relatório de atividades do 4º trimestre de 2025, bem como a reestruturação e atualização do mesmo, com o intuito de encaminhá-lo à Presidência do TCM/BA de modo mais objetivo e esclarecedor;
- ✓ Gestão e acompanhamento do contrato da empresa Propagare, no que se refere à execução dos serviços prestados aos diversos setores do Tribunal. Destaca-se, neste trimestre, a criação e a produção de vídeo institucional para divulgação do Planejamento Estratégico 2026-2030, incluindo a elaboração do roteiro, suporte a equipe de captação de imagens e edição.
- ✓ Finalizando o acompanhamento e monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2025, foi finalizado o relatório gerencial referente ao 3º monitoramento do exercício 2025 que apresenta os resultados atingidos por objetivo estratégico e respectiva contribuição das unidades no período. O relatório aprovado pelo Comitê do Planejamento Estratégico foi publicado na intranet para divulgação interna dos resultados. Em parceria com a Ascom, foram desenvolvidas peças para divulgação no portal do TCM/BA, intranet, TV Tribunal e e-mail dos servidores, com os resultados atingidos;
- ✓ No que diz respeito ao Planejamento Estratégico 2026 – 2030, durante o quarto trimestre finalizou-se a elaboração do Anexo I, Resumo do Planejamento Estratégico 2026-2030, contendo Objetivos, iniciativas, indicadores e metas e do Anexo II, Sumário Executivo, contendo as Fichas de Objetivos, Iniciativas e Indicadores. Vale destacar a elaboração e publicada a resolução 1503/2025, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia para o período 2026-2030 e estabelece o sistema de monitoramento e comunicação da estratégia institucional;
- ✓ Foram realizadas, por esta Diretoria de Planejamento e Gestão de Pessoas, em torno de 547 despachos de diversos assuntos, com destaque para os processos que envolve a Divisão de Gestão de Pessoas que teve um maior número de ocorrências;
- ✓ Durante o 4º trimestre, a DDEO, em parceria com o Controle Interno, finalizou o quarto ciclo do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP 2025, além de elaborar um relatório detalhado com o objetivo de atender, na medida do possível, os itens pendentes. O referido questionário que é composto por 124 critérios, agrupadas em 16 (dezesesseis) dimensões aplicáveis ao TCM/BA estava na fase de avaliação pela equipe do PNTP escalada pelo TCM/BA;
- ✓ Dentre as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Recursos Humanos – NRH, destaca-se a realização da 3ª Semana Antiestresse, ação que contabilizou mais de 600 atendimentos individuais. A iniciativa ofertou práticas integrativas voltadas à promoção da saúde mental e ao equilíbrio emocional, incluindo atividades como massagem terapêutica, Reiki, Aromaterapia e Respiração Prânica. Os atendimentos ocorreram em espaços especialmente preparados para proporcionar bem-



estar aos servidores. Ao final da programação, foi ofertado o Café com Prosa, momento destinado à conversa e à reflexão sobre a importância do autocuidado no dia a dia. Alinhada à Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, a ação contribuiu para o fortalecimento de uma cultura organizacional mais humanizada, preventiva e promotora de bem-estar contínuo no âmbito do TCM/BA;

✓ Em continuidade às ações previstas na Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho – PSQVT, foi promovida, ao longo de todo o mês de setembro, uma campanha de conscientização e prevenção ao suicídio. Em alusão à campanha, o NRH realizou uma roda de conversa com o tema “Corpo são, mente sã: o cuidado integral como pilar do desenvolvimento no trabalho e na vida”, reforçando a importância do cuidado com a saúde mental e física, especialmente no contexto laboral. O encontro contou com a participação do psicólogo Jonatas Tourinho Rocha, que abordou a relevância do reconhecimento e do cuidado com as emoções, destacando práticas e reflexões voltadas à prevenção do adoecimento psíquico no ambiente de trabalho.

O evento contou ainda com a presença de Sankara D’Sampaio, com formação em Terapia Reiki e Hatha Yoga, que apresentou conceitos e práticas relacionados à respiração prânica, propondo uma nova perspectiva sobre a respiração como ferramenta de equilíbrio e manejo do estresse.

Por fim, Yanna Carvalho, nutricionista, compartilhou informações sobre os benefícios da alimentação consciente e explicou como o processo digestivo está diretamente relacionado às nossas emoções e à nossa qualidade de vida.

Ao final, os participantes foram recepcionados com um coffee break preparado especialmente em homenagem aos estagiários, fortalecendo o sentimento de pertencimento, acolhimento e valorização pelo papel que desempenham no cotidiano institucional;

✓ O Dia do Estagiário foi celebrado com uma programação especial dedicada aos estudantes que atuam no Tribunal. A iniciativa contou com a participação da psicóloga Priscila do Amaral, integrante do Comitê Consultivo de Diversidade e Inclusão do CIEE, que ministrou a palestra “Corpo e Mente Saudáveis: base do desenvolvimento profissional”. Durante a atividade, foram promovidas reflexões acerca da saúde integral, dos hábitos saudáveis, da autogestão emocional e da importância do cuidado com o corpo e a mente como fundamentos para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional. A ação reuniu cerca de 80 estagiários, considerando tanto os participantes presenciais quanto aqueles que acompanharam a transmissão por meio do YouTube.

Ao final da programação, foi oferecido um coffee break aos participantes, com o objetivo de fortalecer o sentimento de pertencimento, acolhimento e valorização do papel que desempenham no cotidiano institucional;



✓ No mês de agosto, em comemoração o Dia dos Pais, o NRH ofereceu um brinde simbólico como gesto de reconhecimento e homenagem. A iniciativa teve como propósito reforçar o cuidado institucional, fortalecer os vínculos afetivos e valorizar o papel desses servidores no contexto familiar e profissional, contribuindo para um ambiente organizacional mais humanizado e alinhado às diretrizes de qualidade de vida no trabalho;

✓ Por fim, foi realizada uma ação alusiva ao Dia do Amigo com o objetivo de incentivar a integração, o fortalecimento de vínculos e o reconhecimento entre colegas no ambiente de trabalho. A iniciativa, denominada “Amizade Além da Conta”, possibilitou a troca de mensagens de valorização e reconhecimento entre os servidores, estimulando práticas de convivência respeitosa e colaborativa. A ação também está alinhada à Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.

6.2.1 Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo

O Quadro de Pessoal do Tribunal é composto por 644 cargos criados por lei, sendo 412 de provimento permanente e 232 de provimento temporário. Ao final do 4º trimestre de 2025, 239 cargos permanentes e 227 dos cargos em comissão estavam preenchidos, conforme tabelas a seguir:

Tabela 18

CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE - POR GRUPO OPERACIONAL/ 4º TRIM 2025

GRUPO	CÓDIGO CARGO	NOMENCLATURA DO CARGO	NÚMERO DE CARGOS			CARGOS OCUPADOS %	CARGOS VAGOS %
			CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS		
MPEC	20710	Procurador	3	3	0	100,00%	0,00%
	20700	Procurador Geral	1	1	0	100,00%	0,00%
	20204	Auditor	7	4	3	57,1%	42,9%
AENS	20203	Auditor Estadual de Controle Externo	168	140	28	83,3%	16,7%
	20205	Auditor Estadual de Infraestrutura	12	11	1	91,7%	8,3%
AENM	30301	Agente de Controle Externo	86	27	59	31,4%	68,6%
	30302	Auxiliar de Fiscalização	33	10	23	30,3%	69,7%
	40402	Assistente Técnico	2	0	2	0,0%	100,0%
AGNS	40403	Técnico de Recursos Humanos	5	0	5	0,0%	100,0%
	40404	Técnico Documentação e Biblioteca	1	0	1	0,0%	100,0%
	40407	Analista de Sistemas	10	7	3	70,0%	30,0%
AGNM	50501	Assistente Administrativo	50	27	23	54,0%	46,0%
	50503	Assistente Serv. Elétrico Manutenção	3	1	2	33,3%	66,7%
	50505	Motorista	11	4	7	36,4%	63,6%
AA	60602	Auxiliar de Serviços Gerais	7	4	3	57,1%	42,9%
	70701	Técnico Jurídico	8	0	8	0,0%	100,0%
	70702	Técnico Administrativo	5	0	5	0,0%	100,0%
TOTAL			412	239	173	58,0%	42,0%
Conselheiros			7	6	1	85,7%	14,3%
TOTAL GERAL			419	245	174	58,5%	41,5%

Fonte: DPP/DGEP



Tabela 19

CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO/ 4º TRIM 2025

SÍMBOLO	CARGOS EXISTENTES	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	CARGOS OCUPADOS (%)	CARGOS VAGOS (%)
DAS	152	150	2	98,7%	1,3%
DAÍ	44	44	0	100,0%	0,0%
FG	36	33	3	91,7%	8,3%
SOMA	232	224	6	96,6%	2,6%

Fonte: DPP/DGEP

Quanto à vinculação dos servidores que ocupam cargos de provimento temporário: 73 pertencem ao quadro permanente; 113 ocupam exclusivamente cargos em comissão; 39 correspondem a servidores colocados à disposição do TCM/BA por outros órgãos públicos (com e sem ônus para o Tribunal).

Tabela 20

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES
POR UNIDADE ADMINISTRATIVA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE/ 4º TRIM 2025

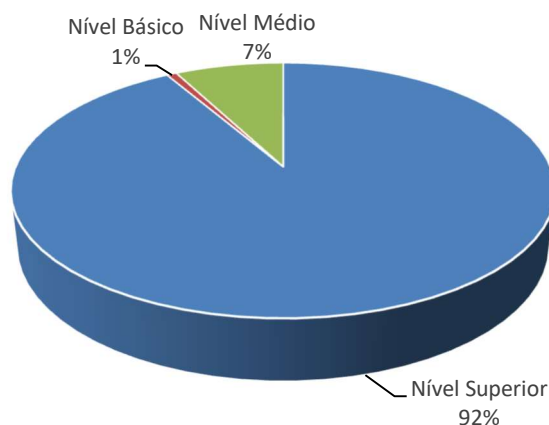
UNIDADE ADMINISTRATIVA	TOTAL	NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL MÉDIO		NÍVEL BÁSICO	
		QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
Gabinete da Presidência	18	16	88,9%	2	11,1%	0	0,0%
Gabinete da Vice-Presidência	9	10	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Gabinete da Corregedoria	11	11	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Gabinetes de Conselheiros	44	41	93,2%	3	6,8%	0	0,0%
Assessoria Jurídica	11	12	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Escola de Contas	3	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ouvidoria	3	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Assessoria de Comunicação	2	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Controle Interno	3	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Auditoria	4	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Secretaria Geral	17	9	52,9%	7	41,2%	1	5,9%
Superintendência de Controle Externo	9	9	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
1ª Diretoria de Controle Externo	75	74	98,7%	1	1,3%	0	0,0%
Sede	17	17	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
IRCE	58	57	98,3%	1	1,7%	0	0,0%
2ª Diretoria de Controle Externo	57	51	91,1%	4	7,1%	1	1,8%
Sede	16	14	93,3%	1	6,7%	0	0,0%
IRCE	41	37	90,2%	3	7,3%	1	2,4%
3ª Diretoria de Controle Externo	28	28	96,6%	1	3,4%	0	0,0%
Sede	28	28	96,6%	1	3,4%	0	0,0%
Diretoria de Assistência dos Municípios	11	10	90,9%	1	9,1%	0	0,0%
Diretoria de Controle de Atos de Pessoal	8	7	87,5%	1	12,5%	0	0,0%
Superintendência de Planejamento e Gestão-SGP	2	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Diretoria Planejamento e Gestão de Pessoal - DPP	1	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Div de Gestão de Pessoas - DGEP	6	6	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Div de Desenvolvimento Org. - DDEO	2	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Núcleo de Recursos Humanos	3	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Diretoria Administrativa e Financeira	27	17	63,0%	9	33,3%	1	3,7%
Junta médica	7	7	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Assistência Militar	6	5	83,3%	1	16,7%	0	0,0%
Assessoria de Informações Estratégicas	3	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Diretoria de Tecnologia e Informática	16	16	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ministério Público de Contas	17	17	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	403	370	91,8%	30	7,4%	3	0,7%

Fonte: DPP/DGEP



Quanto à escolaridade, a distribuição do quadro de servidores do TCM/BA é retratada no gráfico seguinte.

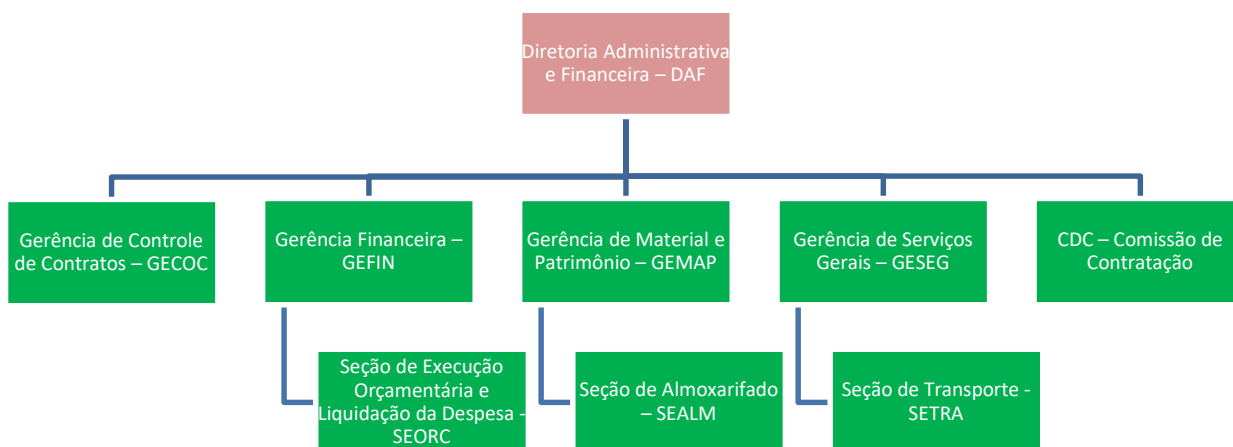
Gráfico 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - 4º TRIM/ 2025



Fonte: DPP/DGEP

6.3. Diretoria Administrativa e Financeira – DAF

A Diretoria Administrativa e Financeira é responsável pelas atividades de Orçamento, Finanças, Material, Patrimonial, Transporte e Serviços Gerais, conforme o seguinte organograma:



Fonte: DAF/DGEP



Dentre as atividades realizadas, destacamos:

✓ No 4º trimestre houve um avanço significativo na elaboração das minutas de regulamentação de várias atividades e processos que são executados no âmbito da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF). Foram elaboradas as seguintes minutas:

1. Portaria:

- Regulamentação da Atuação dos Fiscais;
- Cartilha que Disciplinam os Adiantamentos;
- Disciplina de Licitação em Razão do Valor;
- Atuação do Agente de Contratação, Pregoeiro e da Comissão de Contratação

2. Ordem de Serviço:

- Regulamenta a utilização de veículos oficiais;

3. Resolução

- Regulamenta o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do TCM;
- e do Manual de Fiscalização dos Contratos Administrativos. Algumas já estão tramitando na forma de processo para conhecimento e manifestação das instâncias técnica e jurídica do Tribunal.

✓ Foi implantado, no referido período, o Sistema de Diárias do Tribunal, devidamente regulamentado pela Portaria TCM nº 03/2025 e pela Ordem de Serviço TCM nº 07/2025. O sistema vai proporcionar uma simplificação e agilidade, com a anexação de todos os documentos que julgar convenientes e necessários para formarem o processo de solicitação de diárias. A solicitação será feita através de um único processo no e-TCM e somente precisará tramitar uma vez para deliberação do Presidente;

✓ No mês de novembro foi contratada a Empresa Exponencial para fornecimento das licenças de acesso ao Sistema Gerador de Documentos Licitatórios + (GDL+), para geração automática, utilizando os recursos da Inteligência Artificial (IA), de DFD – Documentos de Formalização de Demandas, ETP – Estudos Técnicos Preliminares, TDR – Termos de Referências, Editais de licitação, Matriz de Riscos, Atas de Registros de Preços, entre outros. Através do GDL+ também será possível que as unidades demandantes do TCM possam lançar as suas demandas diretamente no PCA – Plano de Contratações Anual;



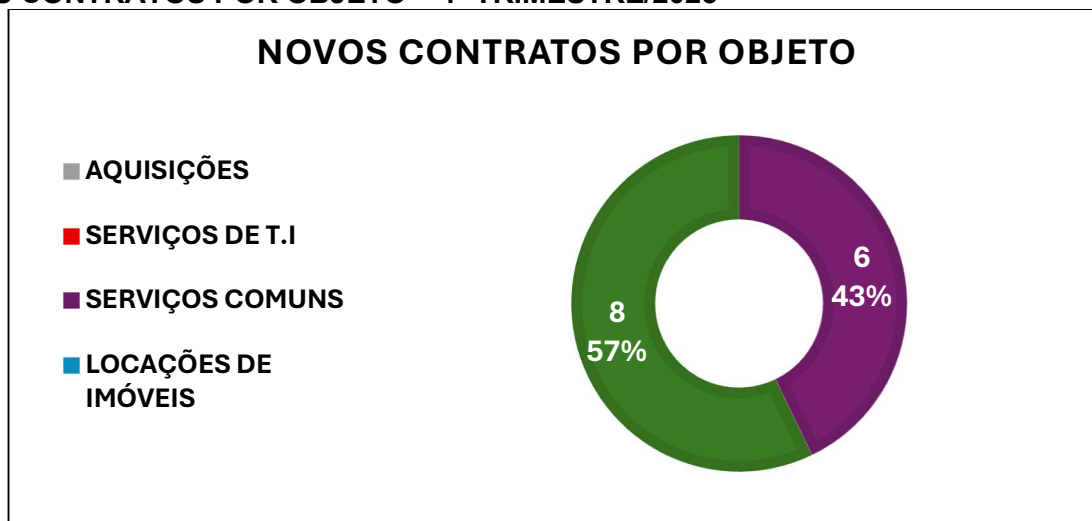
✓ Participação, juntamente com representante da Assessoria Jurídica do TCM, na reunião para discussão da minuta da Nota Técnica Conjunta sobre a contratação de aprendizes, realizada na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), localizado no corredor da vitória. Para tratar do mesmo tema, foi publicada em 07/11/2025 a Ordem de Serviço TCM nº 13/2025, para, sobre a Presidência do Diretor da DAF, analisar a Nota Técnica Conjunta, em elaboração no âmbito do Ministério Público do Trabalho da 5ª Região (processo nº 002535.2025.05.000/8), com a finalidade de desenvolver estudos acerca da implantação das Políticas Afirmativas constantes do referido processo.

✓ Através de descentralizações feitas para a SAEB/SUPAT, foram contratadas obras de reforma em diversas áreas do Tribunal, como a implantação de estrutura metálica na cobertura do prédio do DNOCS para a relocação das unidades condensadoras de ar-condicionado, a impermeabilização da cobertura do prédio sede e também de diversas unidades do 3º e 4º andares do prédio sede, que apresentam problemas de infiltração, e reformas de diversas unidades do 3º e 4º andares do prédio sede, com intuito de atualização e de atenderem às exigências das atividades em desenvolvimento.

✓ A Gerência de Contratos – GECOC, durante o 4º trimestre, registrou 18 novos ajustes, quatro finalizações de contrato, 16 renovações concluídas e 15 renovações autuadas. O gráfico abaixo demonstra os novos contratos por objeto, o que denota um investimento do Tribunal na área de Tecnologia da Informação:

Gráfico 3

NOVOS CONTRATOS POR OBJETO – 4º TRIMESTRE/2025



Fonte: DAF/GECOC

✓ Através da Gerência Financeira – GEFIN são feitas análises dos processos de pagamentos diversos, adiantamentos e diárias, com os devidos lançamentos no sistema FIPLAN, dos empenhos e liquidações correspondentes. No período foram analisados um total de 577 processos, com



destaque para os processos de pagamento com 163 ocorrências e as Solicitações Internas, que incluem as solicitações de adiantamentos dos servidores;

Vale ressaltar que o último trimestre concentrou o maior volume de desembolso do exercício, representando aproximadamente 31,8% do total anual, o que evidencia a necessidade do planejamento das atividades para o exercício seguinte.

✓ Através da Assessoria Orçamentária e Financeira da DAF foram desenvolvidas, no quarto trimestre, dentre outras atividades:

1. Acompanhamento da execução mensal das despesas de pessoal, custeio e investimento;
2. Projeção das despesas do TCM para o exercício de 2025;
3. Execução de modificações orçamentárias no Orçamento de 2025;
4. Atualização das informações orçamentárias e financeiras no portal de transparência pública;
5. Apuração do déficit da despesa com pessoal com vistas ao levantamento da suplementação de 2025;
6. Participação de reuniões do comitê da Junta Orçamentária para subsidiar a tomada de decisões pela Presidência;
7. Levantamento e execução das despesas a serem inscritas RP no exercício de 2025;
8. Apuração das despesas para encerramento do exercício financeiro 2025;
9. Monitoramento diário de pagamentos das despesas de custeio e pessoal para o controle dos saldos orçamentários visando o encerramento do exercício de 2025;
10. Modificações Orçamentárias para reforçar as dotações de pessoal com o objetivo de realizar o pagamento das folhas;
11. Encerramento do Exercício com a Secretaria da Fazenda.

✓ Através da Área Técnica de Arquitetura foram desenvolvidas no período as seguintes atividades:

1. Contratações Diversas:

- Elaboração documentação necessária para abertura de processo licitatório para aquisição de mobiliário através de Atas de Registro de Preços para atendimento das necessidades das unidades do TCM/Ba em Salvador e nas Inspetorias no interior do Estado, inclusive para os Gabinete de Conselheiros;



- Acompanhamento do processo para aquisição de película solar e cortina tipo rolo black-out para a unidade dam GEFIN, localizada no 3º pavimento do Edf. Anexo DNOCS;
- Acompanhamento da elaboração do projeto de combate e prevenção a incêndio, e da aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar para emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e autorização para execução das obras de adaptações do Edf. Sede do TCM e TCE/Ba.

2. Elaboração de Projetos de Arquitetura:

- Elaboração de projeto arquitetônico e acompanhamento de orçamentos para mudança de layout e adequação de imóveis sede do TCM/BA:

3. Edifício Sede e Anexo TCM/BA:

- Acompanhamento para orçamento da execução dos projetos para reestruturação das salas da SPG, DAF, DPP e NRH, localizadas no 4º pavimento do Edf. Sede, junto a SUPAT;
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para reestruturação da sala da NICE, localizadas no 4º pavimento do Edf. Sede, junto a SUPAT;
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para reestruturação da sala da AJU, localizadas no 4º pavimento do Edf. Sede, junto a SUPAT;
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para modificações solicitadas na Escola de Contas, localizadas no pavimento térreo do Edf. Anexo DNOCS, junto a SUPAT;
- Acompanhamento para orçamento da execução das manutenções corretivas necessárias para resolução de infiltrações no 3º e 4º pavimento do Edf. Sede e 3º pavimento do Edf. Anexo DNOCS;
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para reforma e adequações no novo Gabinete ocupado pelo Conselheiro Paulo Rangel, localizado no 3º pavimento do Edf. Sede., junto a SUPAT;
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para reforma e adequações da GEFIN, localizado no 3º pavimento do Edf. Anexo DNOCS, junto a SUPAT;



- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para instalação de plataforma técnica para ar-condicionado e relocação de condensadoras, localizadas no pavimento cobertura do Edf. Anexo DNOCS, junto a SUPAT;
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para adequações de iluminação e forro e segurança/acessibilidade da mesa plenária, do Plenário, localizado no 3º pavimento do Edf. Sede, junto a SUPAT.
- Acompanhamento para orçamento da execução do projeto para manutenção de infiltração e mudança das condensadoras de ar-condicionado da 23ª IRCE, junto a SUPAT.

6.3.1. Execução Orçamentário-Financeira e Patrimonial

O Orçamento do Tribunal, para o exercício de 2025, foi fixado em R\$ 235,5 milhões na forma da Lei nº 14.813, de 08 de janeiro de 2025, Lei Orçamentária Anual – LOA, representando 15,3% do valor total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia, conforme consta da tabela a seguir.

Tabela 21

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PARTICIPAÇÃO DA DESPESA DO TCM/BA NO ORÇAMENTO DO ESTADO/ANO 2025

em R\$1,00

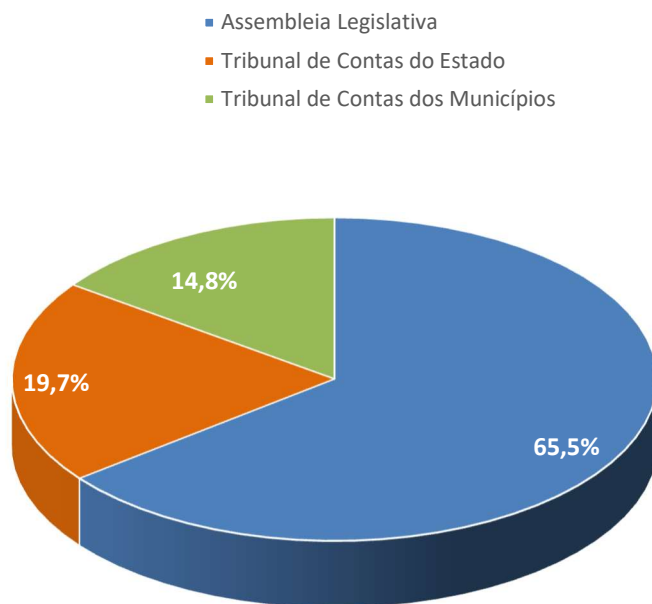
DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO 2025			
	INICIAL	%	ATUAL	%
Poder Legislativo	1.523.738.000	100,0%	1.737.857.347	100,0%
Assembleia Legislativa	975.811.000	64,0%	1.138.755.404	65,5%
Tribunal de Contas do Estado	312.407.000	20,5%	342.762.000	19,7%
Tribunal de Contas dos Municípios	235.520.000	15,5%	256.339.943	14,8%

Fonte: FIPLAN

Verifica-se, pelo gráfico adiante, que o TCM/BA foi contemplado com 14,8% dos recursos destinados ao Poder Legislativo em 2025.



Gráfico 4
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PARTICIPAÇÃO DA DESPESA DO TCM/BA NO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO/ANO 2025



Fonte: FIPLAN

Para a realização das despesas programadas para o quarto trimestre de 2025, foram liberados ao Tribunal, pelo Tesouro Estadual, R\$ 70,07 milhões conforme tabela abaixo.

Tabela 22
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RECURSOS PREVISTOS E RECEBIDOS/ 4º TRIM 2025 (em R\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	PREVISTO	LIBERADO	RETIDO	RECURSO RECEBIDO
Pessoal e Encargos	100	44.746.500	55.545.536	16.549.703	38.995.833
Outras Despesas	100	14.111.710	14.111.710	0	14.111.710
SUBTOTAL		55.763.130	55.763.130	16.296.431	39.466.699
Recursos Diretamente Arrecadados	113	157.500	415.802	0	415.802
Recursos de Alienação de Bens	126	0	0	0	0
TOTAL		59.015.710	70.073.048	16.549.703	53.523.345

Fonte: DAF/GEFIN

O valor empenhado no trimestre, considerando o grupo e o elemento de despesa, totalizou R\$ 30,3 milhões, e o liquidado, R\$83,0 milhões. As despesas correntes liquidadas totalizaram R\$82,9 milhões, 99,9% do total realizado. Na participação relativa por grupo, Pessoal e Encargos Sociais representou 76,53% do valor empenhado, e o elemento mais expressivo, com 58,65% foi Vencimentos e Vantagens Fixas, conforme demonstrado na tabela a seguir.



Tabela 23

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DESPESA EMPENHADA E REALIZADA – POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA/2025 (em R\$1,00)

GRUPO/ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
	VALOR	%	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	30.348.885	99,99	82.977.886	99,97
Pessoal e Encargos	23.906.480	78,76	63.526.389	76,53
90.07 Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	222.957	0,73	370.272	0,45
90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas	18.484.679	60,90	48.682.807	58,65
90.13 Obrigações Patronais (INSS e FGTS)	965.603	3,18	2.169.904	2,61
90.16 Outras Despesas Variáveis	338.187	1,11	397.445	0,48
90.91 Sentenças Judiciais	0	0,00	0	0,00
90.92 Despesas de Exercícios Anteriores	0	0,00	0	0,00
90.94 Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.608.745	11,89	4.410.757	5,31
90.96 Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	70.046	0,23	804.304	0,97
91.13 Obrigações Patronais (Funprev/Baprev)	216.264	0,71	6.690.899	8,06
Outras Despesas Correntes	6.442.405	21,22	19.451.498	23,43
90.08 Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	627.189	2,07	1.514.113	1,82
90.14 Diárias - Civil	349.899	1,15	537.348	0,65
90.30 Material de Consumo	25.273	0,08	42.670	0,05
90.33 Passagens e Despesas com Locomoção	169.086	0,56	176.184	0,21
90.35 Serviços de Consultoria	-28.000	-0,09	0	0,00
90.36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	792.150	2,61	872.041	1,05
90.37 Locação de Mão de Obra	786.033	2,59	8.393.636	10,11
90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.604.119	5,28	1.449.845	1,75
90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	596.899	1,97	2.078.750	2,50
90.46 Auxílio Alimentação	1.445.119	4,76	3.816.732	4,60
90.47 Obrigações Tributárias e Contributivas	25.962	0,09	27.027	0,03
90.49 Auxílio Transporte	5.073	0,02	99.394	0,12
90.92 Despesas de Exercícios Anteriores	0	0,00	0	0,00
90.93 Indenizações e Restituições	54.177	0,18	63.177	0,08
91.41 Contribuições	-10.575	-0,03	380.583	0,46
DESPESAS DE CAPITAL	4.477	0,01	27.788	0,03
Investimentos	4.477	0,01	27.788	0,03
PJ 90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -	2.429	0,01	2.429	0,00
90.51 Obras e Instalações	0	0,00	0	0,00
90.52 Equipamento e Material Permanente	2.048	0,01	25.359	0,03
90.92 Despesas de Exercícios Anteriores	0	0,00	0	0,00
DESPESA EMPENHADA SEM DESCENTRALIZAÇÃO	30.353.362	100,00	83.005.675	100,00
39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	910.410	3,00	17.099	0,02
51 Obras e Instalações	0	0,00	0	0,00
DESPESA EMPENHADA COM DESCENTRALIZAÇÃO	29.442.952	97,00	82.988.575	99,98

Fonte: FIPLAN



A despesa paga por projeto e atividade está retratada abaixo. O item mais significativo foi Administração de Pessoal e Encargos do Controle Externo e Conselheiros, representando 57% do total da despesa paga no trimestre.

Tabela 24
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DESPESA EMPENHADA / LIQUIDADA - POR PROJETO E ATIVIDADE NO 4º TRIM 2025 (em R\$1,00)

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA	
	VALOR	%	VALOR	%
2000 - Manutenção dos Serviços Técnico e Administrativo	1.402.624	4,62	4.542.014	5,47
2001 - Administração de Pessoal e Encargos	8.860.719	29,19	14.975.285	18,04
2002 - Manutenção dos Serviços de Informática	656.828	2,16	7.745.426	9,33
2003 - Administração de Bolsa Complementar de Estagiário	660.863	2,18	760.193	0,92
2009 - Encargos com Benefícios Especiais	0	0,00	0	0,00
2012 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes	627.189	2,07	1.514.113	1,82
2013 - Auxílios Transportes e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.445.119	4,76	3.816.732	4,60
2018 - Encargos com Concessionários de Serviços Públicos	100.397	0,33	288.494	0,35
2020 - Comunicação Legal	0	0,00	0	0,00
2022 - Assistência Médica aos Servidores Públicos e seus Dependentes - Planserv	-10.575	-0,03	380.583	0,46
3872 - Reforma das Instalações Físicas do Prédio do Tribunal de Contas dos Municípios	910.410	3,00	17.099	0,02
4025 – Administração de Pessoal e Encargos do Controle Externo e Conselheiros	14.975.715	49,34	47.746.799	57,52
4218 - Gestão do Controle Externo das Contas Públicas Municipais	672.162	2,21	915.472	1,10
4570 - Gestão da Escola de Contas - TCM	-39.190	-0,13	0	0,00
5042 - Promoção de Evento de Capacitação Técnica para Jurisdicionados e Agentes de Controle Social	0	0,00	0	0,00
5043 – Capacitação Técnico-profissional do Tribunal de Contas dos Municípios	86.623	0,29	275.675	0,33
5060 - Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo	2.048	0,01	25.359	0,03
5222 - Modernização do Sistema de Controle Externo dos Municípios	2.429	0,01	2.429	0,00
5543 - Reestruturação de Sistema e Processo Administrativo do Tribunal de Contas dos Municípios	0	0,00	0	0,00
8001 – Cumprimento de Sentença Judicial	0	0,00	0	0,00
DESPESA EMPENHADA SEM DESCENTRALIZAÇÃO	30.353.362	100,00	83.005.675	100,00
2000 - Manutenção dos Serviços Técnico e Administrativo	0	0,00	0	0,00
3872 - Reforma de unidade do Tribunal de Contas dos Municípios	910.410	3,00	17.099	0,02
DESPESA EMPENHADA COM DESCENTRALIZAÇÃO	29.442.952	97,00	82.988.575	99,98

Fonte: FIPLAN

Ressalta-se que, a execução orçamentária e financeira foi regida pelos princípios e normas gerais estabelecidos pela Lei Federal nº 4320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, e pelas disposições das leis estaduais de nº 14.490 de 30/11/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) e de nº 14.652 de 10/01/2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA), além da utilização do Sistema Integrado de



Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN, que também serviu para a elaboração da proposta orçamentária de 2025.

6.3.2. Licitações Realizadas

A Comissão Permanente de Licitação – CPL realizou no trimestre 10 pregões eletrônicos e 12 dispensas de licitação. Desse cinco foram homologados, dois foram anulados, um está em fase de diligência, um em fase de julgamento de propostas e um em fase de elaboração de edital. Já as dispensas, dez estão em fase de homologação e duas foram fracassadas.

Além dessas atividades a CPL elaborou e revisou editais de licitação nas diversas modalidades, divulgou e realizou procedimentos licitatórios, desenvolveu tarefas de orientação às diversas unidades do Tribunal, quanto à forma de elaboração de Termos de Referência – TDR, bem como orientou os pregoeiros (as) municipais sobre o Sistema de Licitações e do Bando do Brasil.

Observa-se que a dispensa de licitação foi a modalidade mais utilizada, conforme tabela a seguir:

Tabela 25
PROCESSOS LICITATÓRIOS/ DISPENSA DE LICITAÇÃO
POR MODALIDADE NO 4º TRIM 2025

MODALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO
PE Nº 003/2024	Serviço de Limpeza e Conservação	Homologada
PE Nº 001/2025	Serviço de Mão de Obra especializada em condução de Veículo	Homologada
PE Nº 002/2025	Serviço de Emissão e Renovação de Certificados Digitais - ICP - BRASIL A3	Anulada
PE Nº 003/2025	Serviço de Emissão e Renovação de Certificados Digitais - ICP - BRASIL A3	Homologada
PE Nº 004/2025	Aquisição de água para Sede e DNOCS	Anulada
PE Nº 005/2025	Aquisição de água para Sede e DNOCS - Republicação	Homologada
PE Nº 006/2025	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva em Aparelho de Ar-Condicionado	Fase de Diligência
PE Nº 007/2025	Serviço de Administração, Gerenciamento e Aquisição de Combustível	Homologada
PE Nº 008/2025	Serviço de Provisão de Link de Acesso à Internet	Julgamento das propostas
PE Nº 009/2025	Registro de Preços para Fornecimento e Montagem de Mobiliário	Elaboração de edital
DL Nº 002/2025	Aquisição de Scanners de Mesa	Homologada
DL Nº 004/2025	Aquisição Máquina Fragmentadora de Papel (REPUBLICAÇÃO)	Homologada
DL Nº 015/2025	Aquisição de Máquina Crachá	Fracassada
DL Nº 016/2025	Serviço de Apoio Contábil - licitações	Homologada
DL Nº 017/2025	Aquisição de Bebedouro (REPUBLICAÇÃO)	Homologada
DL Nº 018/2025	Aquisição de Smart TV 50" SGE	Homologada
DL Nº 019/2025	Aquisição de Bebedouro CONSPF	Homologada
DL Nº 020/2025	Aquisição de Copos Descartáveis	Homologada
DL Nº 021/2025	Encontro Técnico 2025	Fracassada
DL Nº 022/2025	Aquisição de Smart TV CONSMN	Homologada
DL Nº 023/2025	Encontro Técnico 2025 - REPUBLIC	Homologada
DL Nº 024/2025	Aquisição de Smart TV CONSPF	Homologada
DL Nº 025/2025	Aquisição de Açúcar	Homologada
DL Nº 026/2025	Aquisição de Licença de Software AutoCAD LT	Homologada
DL Nº 027/2025	Aquisição de Smart TV - SCE	Homologada



DL Nº 028/2025	Aquisição de Máquina Crachá	Fracassada
DL Nº 029/2025	Aquisição de Recarga de Extintores	Homologada
DL Nº 030/2025	Aquisição de Componentes destinados aos Switches do TCM	Homologada
DL Nº 031/2025	Aquisição de Máquina Crachá	Fracassada
DL Nº 032/2025	Aquisição de Persianas e Películas de Proteção Solar	Fase de homologação

Fonte: DAF/CPL

Legenda:

PE: Pregão Eletrônico/ DL: Dispensa de Licitação

7. Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

Dentre as atividades desenvolvidas na Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI destacaram-se no 4º trimestre de 2025:

7.1. Divisão de Desenvolvimento de Sistemas – DDES

7.1.1. SICCO: Imputação de Débitos (SID)

- ✓ Ajustes no Relatório Lançamento por Processo Eletrônico;
- ✓ Criação de diversos usuários, conforme solicitado;
- ✓ Ajustes na funcionalidade de mudar a parte de Ressarcimento Pessoal da parte sem CPF para a parte com CPF;
- ✓ Ajustes na verificação da sequência da imputação, que em alguns momentos estava exibindo errada;
- ✓ Criação do Sub judice da imputação, que engloba ajustes em triggers, telas e banco de dados;
- ✓ Atendimentos gerais da aplicação (corretivas).

7.1.2. Novo SICCO - Sistema de Controle de Contas

- ✓ Testes gerais na aplicação;
- ✓ Homologação do Módulo de Denúncia - parte de Dados de Entrada e abas Medida Cautelar e Agravo;
- ✓ Fechamento de rodada de testes de Denúncia e todas as corretivas encontradas, bem como ajustes conforme solicitado nas homologações;
- ✓ Continuidade da integração e Criação das APIs para o Portal TCM;
- ✓ Mapeamento dos novos perfis e ajustes na aplicação para integração com SCR;
- ✓ Fechamento da codificação do sorteio por processo/Recurso ordinário (Portal Pleno/Câmaras);



- ✓ Início da revisão dos Cadastros básicos (Relator, Gabinete, Participante Sessão, Presidente Processo);
- ✓ Ajustes pós homologação - notificação IRCEs (e nova homologação);
- ✓ Criação do Log do Sistema;
- ✓ Integração SID com novo SICCO (vwOrigem);
- ✓ Ajustes de pendências gerais da aplicação.

7.1.3. Portal do Pleno e Portal das Câmaras

Durante o 4º trimestre de 2025, foram atendidas as solicitações dos usuários e prestado suporte às funcionalidades de Assinatura de Documentos. As principais ações desenvolvidas nesse período foram:

- ✓ Suporte à assinatura de documentos que excederam o tamanho máximo permitido pelo sistema e-TCM;
- ✓ Verificação de documentos que deveriam estar disponíveis para assinatura, mas não estavam listados;
- ✓ Reabertura de documentos para nova assinatura.

7.1.4. e-TCM:

No 4º trimestre de 2025, foram realizadas as seguintes atividades no e-TCM:

- ✓ Identificação e aplicação de melhorias em algumas consultas ao banco de dados que apresentavam problemas/lentidão na execução;
- ✓ Atendimento a demandas em alguns processos com problemas relacionados à desatualização de fluxos de trabalho;
- ✓ Atendimento a solicitações de diversos setores para levantamentos de Informações;
- ✓ Levantamento de requisitos junto a algumas áreas internas para implementação de novas funcionalidades demandadas por setores do Tribunal;
- ✓ Identificação e correção de problemas pontuais em processos;
- ✓ Implementação de melhorias na funcionalidade de envio de mensagens via Kafka;
- ✓ Implementação de melhorias na funcionalidade Painel de Processos;
- ✓ Implementação do Redis como camada de cache no e-TCM, reduzindo tempo de resposta das consultas e aliviando a carga no banco de dados, com ganhos perceptíveis no Painel de Processos;



- ✓ Implementação de DAGs no Apache Airflow para integração entre eTCM e SICCO;
- ✓ Implementação de melhorias de assinatura de documentos via Sistema Peças Processuais;
- ✓ Implementação da funcionalidade de alerta de prazo decadencial.

7.1.5. Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA

Módulo Analisador:

- ✓ Implementação de ajustes, correções e melhorias em diversas funcionalidades;
- ✓ Adição de novo elemento de despesa (85) na análise de terceirização;
- ✓ Implantação da sugestão de glosa com IA para análise de terceirização;
- ✓ Implementação de alterações nos Relatórios de Prestação de Contas Mensais (RPC) 2025 Prefeitura e Câmara para adequar Despesa com Pessoal às regras do MDF;
- ✓ Apoio e atendimento a solicitações de levantamentos de informações: acompanhamento de notificações.

Módulo Captura dos Dados:

Atividades realizadas no SIGA - Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – Módulo de Captura dos Dados dos Jurisdicionados:

- ✓ Implementação de alterações no cadastro de Atos de Pessoal para desabilitar os atos 11 - Contratação p/ prazo determinado transf. em indet. (antes CF/1988) e 15 - Pensão por Morte - RGPS;
- ✓ Implementação de alterações para tratar a Resolução TCM nº 1488/2024 envolvendo os cadastros de Concurso Público/ Processo Seletivo, Quadro de Vagas, Resultados e Eventos para a Contratação de Pessoal;
- ✓ Implementação de alterações para tratar a Resolução TCM nº 1488/2024 envolvendo o cadastro de Atos de Admissão de Pessoal por Concurso/Processo Seletivo e de Contratação Temporária Direta;
- ✓ Implementação de alteração no cadastro Atos Jurídicos – Licitações Homologadas – Cotações da Licitação;
- ✓ Implementação de alterações no cadastro de Atos de Pessoal para revisar atos de cessão, desabilitando atos de cessões antigas e criando novas com validação específica;
- ✓ Implementação de alterações no cadastro de Licitações Homologadas para desabilitar as modalidades da Lei 8666;



- ✓ Implementação de alteração no cadastro de Demonstrativo de Adiantamento para tratar o Programa Dinheiro Direto na Escola;
- ✓ Implementação de alteração no cadastro de Execução Receita/Despesa - Empenho para tratar o Programa Dinheiro Direto na Escola;
- ✓ Implementação de alterações no cadastro de Edital de Licitações para desabilitar as modalidades da Lei 8666;
- ✓ Implementação de API/Endpoint para obter, em Json, os dados de receitas e despesas dos últimos 12 meses de um município para o projeto CertDAM;
- ✓ Acompanhamento dos serviços de carga dos dados e de exclusão por competência, e reprocessamento quando necessário.

Módulo Carga de Achados Automáticos:

Durante o 4º trimestre de 2025 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- ✓ Implementação de alteração no achado automático 1052 para tratar as modalidades Credenciamento – Leiloeiro Oficial e Credenciamento por Inexigibilidade;
- ✓ Implementação de formulário externo para consulta do achado 1536 – Empenho Relacionado a Obras sem Indicação do Contrato;
- ✓ Acompanhamento do serviço e reprocessamento de achados.

7.1.6. ADS - Sistema de Avaliação de Desempenho do Servidor

Dentre as atividades desenvolvidas no período relativas ao sistema de Avaliação de Desempenho do Servidor, destacamos como principais:

- ✓ Implementação de alterações no Cadastro – Certificado e no relatório correspondente;
- ✓ Implementação de funcionalidade para copiar avaliadores e seus avaliados para o novo período avaliativo;
- ✓ Implementação de funcionalidade para a geração de planilha com as atividades dos avaliados por período avaliativo;
- ✓ Geração de planilhas para acompanhamento e apoio à decisão no período avaliativo;
- ✓ Acompanhamento da avaliação no período avaliativo.



7.1.7. Portal TCM/BA

No 4º trimestre de 2025 foram realizadas as seguintes atividades relativas ao Portal TCM:

- ✓ Finalizado o aperfeiçoamento da API para o banco de dados específico para os novos hotspots do Portal TCM;
- ✓ Finalizado e entregue o hotspot da Intranet;
- ✓ Finalizado e entregue o hotspot da Ouvidoria;
- ✓ Finalizado e entregue o hotspot da Corregedoria;
- ✓ Finalizado o desenvolvimento dos módulos de administração dos novos hotspots pelos respectivos usuários (administradores do hotspot): DGEP, Ouvidoria e Corregedoria;
- ✓ Criação e desenvolvimento de hotspot de Decisões para apresentar as decisões através do novo SICCO.

7.1.8. FAROL – Sistema de Controle Externo Municipal - Módulo de Captura

No 4º trimestre de 2025 o projeto FAROL teve como foco principal a finalização da fase de especificação de requisitos das últimas funcionalidades ainda pendentes para o controle da Prestação de Contas Anual, bem como a implementação de ajustes técnicos. Segue abaixo a relação de atividades entregues no período:

- ✓ Implementação de melhorias de segurança, controle de acesso e usabilidade (requisitos técnicos) através da atualização de componentes;
- ✓ Revisão da especificação de requisitos das funcionalidades já implementadas (Administração, Hierarquia, Instrumento de Planejamento e Prestação de Contas) para identificação de ajustes e melhorias conforme definições mais atualizadas;
- ✓ Implementação de ajustes técnicos e melhorias nas funcionalidades de Administração: Usuário, Carga, Controle de Acesso, Gestão e Perfil de Acesso;
- ✓ Implementação de ajustes técnicos e melhorias nas funcionalidades de Hierarquia: Consórcio, Entidade da Administração Indireta, Órgão, Responsável, Secretaria e Unidade Gestora;
- ✓ Implementação de ajustes técnicos e melhorias nas funcionalidades de Instrumento de Planejamento: Dotação Orçamentária, Aditivo de Contrato de Rateio, Alteração de PPA e Ato de Alteração Orçamentária;
- ✓ Implementação de ajustes técnicos e melhorias nas funcionalidades de Prestação de Contas: Balancete da Execução Orçamentária da Despesa, Balancete de Verificação Contábil, Balancete Execução Orçamentária Receita, Bem Imóvel, Bem Intangível, Bem Móvel, Controle Interno, Dívida



Flutuante, Documentos Genéricos de Prestação de Contas, demonstrativo das Variações Patrimoniais e Restos a Pagar;

✓ Implementação dos seguintes relatórios: Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Dívida Flutuante e Balancete de Verificação Contábil.

7.1.9. Portal do Servidor

Portal que tem como objetivo integrar e disponibilizar serviços e informações relevantes para os servidores ativos e inativos do TCM-BA. Dentre as principais atividades desenvolvidas no 4º trimestre de 2025, destacam-se as seguintes:

- ✓ Finalizado o desenvolvimento dos módulos de administração dos novos hotspots pelos respectivos usuários (administradores do hotspot): DGEP, Ouvidoria e Corregedoria;
- ✓ Criação e desenvolvimento do formulário eletrônico do Auxílio Saúde;
- ✓ Modificações e melhorias na página de férias.

7.1.10. BARBOSA – Plataforma de Inteligência Artificial

Dentre as principais atividades desenvolvidas durante o 4º trimestre de 2025, destacamos como principais:

- ✓ Utilização de uma nova camada de controle de autorização e consumo (IA-Proxy);
- ✓ Implementação de escolhas de estratégias de resposta (TipoPrompt);
- ✓ Novo Menu com a funcionalidade de Administração;
- ✓ Implementação de agentes, executor de agentes e histórico de execução;
- ✓ Otimização nos tratamentos de erros;
- ✓ Implantação das novas classes de glosa de Terceirização do Analisador;
- ✓ Controle de consumo via restrição de chamadas de ferramentas.

7.1.11. PP - Sistema de Peças Processuais

No 4º trimestre de 2025 foram realizadas as seguintes atividades relacionadas ao desenvolvimento do novo SIAJU, em substituição ao atual desenvolvido em MS Fox Pro:

- ✓ Utilização de uma nova camada de controle de autorização e consumo (IA-Proxy);



- ✓ Inclusão de Contador de documentos em revisão e pendente de emissão para visualização pelo usuário;
- ✓ Implementação de variáveis para preenchimento automático nos documentos;
- ✓ Implementação da permissão do revisor editar o documento em elaboração;
- ✓ Início de reestruturação do sistema com foco no fluxo dos processos, e não mais pelo fluxo dos documentos;
- ✓ Documentação da API com padrão OpenAPI;
- ✓ Mudança de layout do sistema;
- ✓ Implementação de bloqueio em campos de formulário de informações do documento quando o usuário não é o responsável pela elaboração;
- ✓ Disponibilização do campo de nome do emissor ou revisor na tela de informações do documento.

7.1.12. Sistema de Solicitação de Diárias

No 4º trimestre de 2025 foram realizadas as seguintes atividades para o sistema de Diárias:

- ✓ Implementação de melhorias na fórmula de cálculo de quantidade de diárias;
- ✓ Implementação de melhorias na funcionalidade Histórico de Solicitações;
- ✓ Ajustes no vídeo de tutorial do sistema;
- ✓ Implementação de melhorias na funcionalidade Comprovar Diárias.

7.1.13. Sistema CertiDAM

No 4º trimestre de 2025 foram realizadas as seguintes atividades para o sistema CertiDAM:

- ✓ Desenvolvimento da estrutura base do sistema CertiDAM;
- ✓ Implementação da funcionalidade Obter Exercício Inicial;
- ✓ Implementação da funcionalidade Obter Fontes;
- ✓ Implementação da funcionalidade Obter Dados.

7.1.14. Aplicativo Móvel

- ✓ Tela de menu exibindo todas as funcionalidades do aplicativo;



- ✓ Exibição das últimas notícias do TCM;
- ✓ Atalho configurável de favoritos para as funcionalidades mais usadas;
- ✓ Lista de contatos contendo setor, telefone e e-mail com filtros de busca;
- ✓ Sessões do Pleno e Câmaras com link para o YouTube do TCM;
- ✓ Consulta de pautas de sessões e sorteios de processos por órgão julgador;
- ✓ Consulta processual;
- ✓ Aviso aos gestores;
- ✓ Legislação dos municípios;
- ✓ Consulta ao calendário de obrigações;
- ✓ Consulta ao Diário Oficial Eletrônico;
- ✓ Link para a DAM-Diretoria de Assistência aos Municípios (fale com a DAM);
- ✓ Link para Ouvidoria (envio de manifestações);
- ✓ Link para a Escola de Contas (cursos e eventos);
- ✓ Link para o Instagram do TCM.

7.1.15. Plataforma InSite TCM-BA

No 4º trimestre de 2025 foi desenvolvida e implantada, em fase piloto, a plataforma de inteligência estratégica de dados (Analytics) InSite TCM-BA. Utilizando a ferramenta Microsoft Power BI, tem como objetivo transformar dados institucionais em informações relevantes para apoiar a tomada de decisão dos gestores do TCM. A solução possibilita o acesso tanto via web quanto por aplicativo móvel, entregando maior autonomia e praticidade para o usuário.

Por meio da integração de fontes de dados institucionais, especialmente dos sistemas SICCO e e-TCM, a plataforma InSite TCM-BA disponibiliza diversos painéis (dashboards) e gráficos interativos, proporcionando maior visibilidade, controle, transparência e suporte estratégico sobre os processos eletrônicos finalísticos.

A plataforma oferece diversos recursos para apoiar a gestão e a tomada de decisão, dentre os quais destacam-se:

- ✓ Análise dos números gerais dos processos finalísticos, por exercício, setor, natureza do processo ou tipo de decisão;
- ✓ Controle do estoque de processos por setor;



- ✓ Análise de dados sobre processos arquivados;
- ✓ Controle de pedidos de vista;
- ✓ Análise de dados sobre processos julgados;
- ✓ Monitoramento do risco de prescrição e/ou decadência;
- ✓ Análise de tendências de crescimento do volume processual;
- ✓ Identificação de setores com gargalos processuais;
- ✓ Análise de produtividade, considerando a relação entre entrada e saída de processos;
- ✓ Análise do tempo médio de tramitação processual, por diferentes indicadores.

A iniciativa reforça o compromisso institucional com a inovação, a modernização dos processos de trabalho e o fortalecimento da governança. Atualmente o InSite TCM-BA encontra-se disponível para o Gabinete da Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Corregedoria, Superintendência de Controle Externo, Secretaria Geral.

Está previsto no planejamento a ampliação da plataforma, com o desenvolvimento e a implantação de novos painéis e gráficos interativos, contemplando outros setores estratégicos e com alta demanda processual.

7.2. Divisão de Banco de Dados – DBAD

Dentre as atividades desenvolvidas no período, destacamos como principais:

- ✓ Compartilhamento de dados com os setores internos com levantamentos de informações gerenciais inclusive para órgãos externos (CGU, SAEB, SEI, TCU, SEFAZ, MPF, Receita Federal, ATRICON);
- ✓ Monitoramento de Desempenho: acompanhamento do acesso, uso e desempenho de todas as bases de dados, verificando consumo de CPU, tempo de processamento, solicitação de criação de índices, bem como a necessidade de melhoria das rotinas executadas;
- ✓ Realização de manutenção das bases de dados disponíveis;
- ✓ Administração de Dados realizada através da análise dos requisitos dos sistemas para orientação e criação dos modelos de entidade e relacionamento – MER necessários. Implementação do MER nos seus respectivos ambientes (desenvolvimento, homologação e produção) para os sistemas do TCM;
- ✓ Análise dos requisitos dos sistemas para orientação e criação dos modelos de entidade e relacionamento dos sistemas Novo SICCO e FAROL;



- ✓ Implementação de integrações entre dados dos diversos sistemas, minimizando a redundância e maximizando a integridade dos dados;
- ✓ Identificação e aplicação de melhorias nas principais consultas ao banco de dados que apresentavam problemas/lentidão na execução;
- ✓ Fornecimento de dados de acesso aos sistemas do TCM;
- ✓ Fornecimento de dados para certidão à Diretoria de Assistência aos Municípios (DAM);
- ✓ Fornecimento de dados de Folha de Pagamento de Servidores (ativos e inativos) para o TCU, por solicitação da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal.

7.3. Divisão de Infraestrutura Tecnológica (DINT) e Seção de Atendimento ao Usuário - SEATU:

Durante o 4º trimestre de 2025, a Divisão de Infraestrutura Tecnológica (DINT) e a Seção de Atendimento ao Usuário (SEATU) realizou as seguintes atividades:

- ✓ Administração e gerenciamento da solução de backup Commvault para ambientes on-premises, cloud computing e Microsoft 365, garantindo a integridade, segurança e disponibilidade dos dados críticos do Tribunal;
- ✓ Monitoramento e otimização constantes da plataforma Red Hat OpenShift Dedicated (OSD), promovendo resiliência, alta disponibilidade e desempenho aprimorado;
- ✓ Manutenção do contrato com a Extreme Digital Solutions (EDS), responsável pelo acesso às soluções de infraestrutura e plataforma como serviço (IaaS e PaaS) em provedores de nuvem pública (GCP, AWS e Huawei), com avanço paralelo de tratativas com a PRODEB para implantação de modelo alternativo de contratação direta, via instrução normativa e utilização de atas de registro de preços vigentes;
- ✓ Progressão e sustentação do ambiente de produção na Google Cloud Platform (GCP), com intensificação dos estudos e preparativos para instauração de processo licitatório destinado à ampliação de capacidade e substituição do contrato vigente, com vencimento em abril/2026 (com possibilidade de prorrogação final até abril/2027);
- ✓ Ativação do Azure OpenAI em produção, com geração dos tokens produtivos e início de uso institucional, com destaque para o sistema Barbosa, tendo o IA Proxy como centralizador da utilização; no âmbito da DINT, foram mantidas as atividades de geração de chaves e controle operacional do portal Azure sob gestão da PRODEB;
- ✓ Conclusão da implementação da solução ZTNA da Fortinet, com intensificação do uso para atendimento a usuários que necessitam trabalhar fora das dependências do Tribunal, contemplando



56 máquinas e convivência temporária com solução legada em fase de retirada contínua, em razão de expiração de licenciamento;

✓ Capacitação da equipe da SEATU (aprox. 10 pessoas) para utilização dos dashboards da solução de Gestão de Vulnerabilidades (Tenable One), fortalecendo a capacidade de acompanhamento e suporte às ações de cibersegurança;

✓ Renovação e evolução contínua do EDR Trellix, com reuniões periódicas e implementação de melhorias incrementais no ambiente;

✓ Contratação emergencial de soluções de segurança, visando cobrir a lacuna decorrente da descontinuidade dos Contratos nº 48 e 49/2022, incluindo elaboração de DFD e TR, negociação com fornecedor, acompanhamento do processo de dispensa por caráter emergencial e execução das etapas de aplicação de licenças e entrega dos serviços, formalizada por meio do Contrato nº 86/2025, contemplando:

1. Serviços de Suporte, Manutenção, Garantia e Atualização para Firewall FortiGate 201F (02 un);
2. Serviços de Suporte, Manutenção, Garantia e Atualização para Access Point FAP-231F (15 un);
3. Licenciamento e Suporte para BeyondTrust Remote Support (03 un);
4. Manutenção, Suporte e Atualização da Licença de Uso do Appliance Virtual EVAS Forescout Counteract VCT-1000 (01 un);
5. No período, o escopo foi considerado 100% entregue, assegurando a continuidade operacional das soluções críticas, evitando descontinuidade de serviços essenciais ao Tribunal;

✓ Início do processo de implantação de Firewalls e WAFs para ambientes em nuvem, mantendo-se, no 4º trimestre, a condução de reuniões e tratativas técnicas com a PRODEB, ainda sem conclusão integral da implantação no período;

✓ Conclusão do processo de aquisição de desktops em regime de outsourcing, com contrato assinado e entregas formalmente solicitadas, contemplando 200 desktops no total, com previsão de entregas a partir de janeiro/2026, priorizando as IRCES por maior impacto positivo esperado, considerando a natureza do modelo “as a service” e suporte local associado;

✓ Início de estudos e Prova de Conceito (PoC) para implantação de solução omnichannel de atendimento, com proposta de ferramenta nova e customizada à realidade do Tribunal, visando centralização de canais, automação de triagem, gestão de SLA e fortalecimento de base de conhecimento;



- ✓ Evolução do processo licitatório para contratação de novos links de Internet, que sofreu pedido de impugnação relacionado à tempestividade da entrega da apólice de garantia, não ocorrendo a sessão em dezembro/2025, com nova data prevista para janeiro/2026;
- ✓ Conclusão do material técnico (DFD, ETP e TR) e abertura de processo interno para licitação de manutenção de nobreaks e equipamentos de proteção elétrica da sede e do DNOCS, considerando o encerramento do contrato vigente no 1º trimestre de 2026;
- ✓ No âmbito do Microsoft 365, avanço na disponibilização de licenças Power BI, com 21 licenças entregues (de 30 previstas contratualmente) aos usuários definidos pela Superintendência de Controle Externo (SCE) após capacitação específica;
- ✓ Atendimento técnico de 1º e 2º níveis aos usuários internos, com suporte contínuo, manutenção e gerenciamento de chamados via GLPI, assegurando a continuidade das atividades administrativas e finalísticas;
- ✓ Suporte técnico a eventos institucionais, com destaque para o VIII Encontro Técnico do Controle Externo (24 e 25/11/2025), realizado no Hotel Fiesta Bahia, incluindo preparação antecipada, testes de áudio/vídeo/rede, configuração e acompanhamento de transmissão via Microsoft Teams, apoio a palestrantes e organização, bem como mitigação de instabilidades pontuais da plataforma durante a execução do evento;
- ✓ Atuação contínua de suporte a usuários externos/jurisdicionados dos sistemas e-TCM e SIGA, envolvendo emissão, controle e liberação de credenciais e atendimento técnico especializado em demandas relacionadas à autenticação e uso das soluções.

